

UM BRASIL

ANÁLISES E DISCUSSÕES SOBRE UM POVO
EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE

16 ENTREVISTAS

WWW.UMBRASIL.COM

#2

SÉRIE DE ENTREVISTAS REALIZADA POR UM BRASIL EM 2014

ROBERTO ROMANO
MARY DEL PRIORE
JORGE FORBES
LUIZ FELIPE D'AVILA
MÁRIO SPINELLI
RICARDO SALLES
DIAS TOFFOLI
BORIS FAUSTO
MARCO AURELIO MELLO
GAUDÊNCIO TORQUATO
FÁBIO BARBOSA
MARCO ANTÔNIO VILLA
LUIS FELIPE PONDÉ
ROBERTO LUIS TROSTER
WÁLTER MAIEROVITCH
ADRIANO PIRES
CLAUDIO ABRAMO
ÉDISON CARLOS

UM BRASIL

ANÁLISES E DISCUSSÕES SOBRE UM POVO
EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE

SÉRIE DE ENTREVISTAS REALIZADA POR UM BRASIL EM 2014

16 ENTREVISTAS

WWW.UMBRASIL.COM

#2



O BRASIL EM DEBATE

Ao final do primeiro semestre de 2014, um volume semelhante a este foi editado pela FecomercioSP, contendo o resumo de entrevistas exibidas nos canais digitais da Entidade.

Parte integrante do conteúdo produzido pela plataforma UM BRASIL, que estreou no início daquele ano esses encontros com especialistas em diferentes áreas, sobre os mais importantes – e por vezes polêmicos – temas da atualidade, refletem a necessidade de se discutir abertamente a realidade brasileira a partir de uma pluralidade de aspectos e pontos de vista.

O ambiente web escolhido, além de não carregar as amarras de tempo e formato inerentes a outros tipos de suporte, possibilita a interação com o público, o que significa aproveitar avanços da tecnologia para aprofundar a participação popular.

Nesta publicação que contempla entrevistas e programas realizados no segundo semestre de 2014, o foco recaiu, como não poderia deixar de ser, sobre as eleições de outubro daquele ano. A respeito da necessidade do comprometimento maior dos brasileiros com a definição de rumos para o País discutiram historiadores, cientistas políticos, economistas, consultores e dois ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Esse conteúdo, atualizado semanalmente, também está disponível na internet. Desta forma a FecomercioSP cumpre seu papel de contribuir para fazermos do Brasil uma nação democrática e justa.

Abram Szajman

Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP.

SUMÁRIO

13

ROBERTO ROMANO
Filósofo

19

LUIZ FELIPE D'AVILA
Cientista político

25

MÁRIO SPINELLI
Controlador-Geral do
Município de São Paulo

71

GAUDÊNCIO
TORQUATO
Consultor político
e de comunicação

77

FÁBIO
BARBOSA
Presidente da
Abril Mídia

83

ROBERTO
LUIS TROSTER
Economista

31

RICARDO SALLES
Presidente do Instituto
Endireita Brasil

39

MARY DEL PRIORE
Historiadora

45

DIAS TOFFOLI
Ministro do Supremo
Tribunal Federal e
presidente do Tribunal
Superior Eleitoral

89

WÁLTER
MAIEROVITCH
Jurista

95

ADRIANO
PIRES
Economista

101

ÉDISON CARLOS
Presidente executivo
do Instituto Trata Brasil

53

JORGE FORBES
Psicanalista e psiquiatra

59

BORIS FAUSTO
Historiador
e cientista político

65

MARCO
AURÉLIO MELLO
Ministro do Supremo
Tribunal Federal

109

VILLA, PONDÉ E ABRAMO
Respectivamente, historiador,
filósofo e vice-presidente do
Conselho Deliberativo da ONG
Transparência Brasil

NÃO TEMOS A CULTURA DEMOCRÁTICA DA RESPONSABILIZAÇÃO

O BRASIL É UM PAÍS DE CONTRASTES SOCIAIS E ECONÔMICOS. MOSTRA TALENTO E EFICIÊNCIA DE NAÇÃO DESENVOLVIDA EM DETERMINADAS ÁREAS E FALTA DE AMBIÇÃO E COMPROMETIMENTO PARA CORRIGIR O QUE AINDA SÃO SINAIS DE SUBDESENVOLVIMENTO. CIRCUNSTANCIAL EM OUTRAS ÉPOCAS, O DESÂNIMO COM A POLÍTICA NUNCA FOI TÃO EVIDENTE. MAS A RELAÇÃO ENTRE GOVERNANTES E GOVERNADOS TAMBÉM NUNCA FOI TÃO DISCUTIDA, O QUE REVELA UMA CONTRADIÇÃO E UM AVANÇO, PORQUE RECLAMAR E DISCUTIR SÃO PRENÚNCIOS DO DESEJO DE MUDANÇA. PARA ENTENDER A DEMOCRACIA BRASILEIRA E APROFUNDAR O DEBATE SOBRE VOTO E PARTICIPAÇÃO POPULAR, O FILÓSOFO ROBERTO ROMANO DESVENDA AQUILO QUE CHAMA DE "SOCIEDADE DO FAVOR", HERDADA DE NOSSO PASSADO COLONIAL.



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista



O que é a ética no Brasil?

Infelizmente é a ética do descomprometimento com a coisa pública. Temos uma espécie de afastamento da responsabilização, tanto dos governantes quanto dos governados. Não existe a preocupação de salvar e de guardar o patrimônio, tanto físico quanto humano, do País. Há um desgaste permanente dos valores morais, políticos e econômicos.

Isso interfere na forma como lidamos com o que é público? O que é de todos passa a ser de ninguém?

Exatamente. E com a possibilidade de você não deixar para novas gerações um aporte de riqueza não apenas física, mas também espiritual.

Qual é a percepção que o senhor tem de envolvimento das pessoas na vida do País, para além do voto?

É muito difícil. Não temos a cultura democrática da responsabilização. Nossa tradição política e de sociedade ainda tem marcas muito fortes do absolutismo,

determinadas coisas. Isso se mantém no Brasil: aqui é a sociedade do favor. Dificilmente você encontra um cidadão cuja família não deva algum favor para um político e vice-versa. O favor se universalizou. Não há aquela distinção nítida, própria da democracia instaurada no século XVII na Inglaterra, e depois nos Estados Unidos e na França, da separação entre o público e o privado. O mesmo ocorre do ponto de vista da governança, da administração: no absolutismo não havia distinção entre o cofre do rei e o cofre do Estado. Nós mantivemos isso. Nossos políticos vivem na ambiguidade, que passa pelo favor. O político procura o favor de um empresário e o empresário está sempre procurando o favor do político. Essa ambiguidade precisa acabar urgentemente no Brasil.

Existe na internet uma rede de ódio contra quem pensa diferente?

Os filósofos das Luzes não eram ingênuos. Eles acreditavam na técnica, mas sabiam que era preciso um desenvolvimento espiritual e moral. Que o ensino, por exemplo, não deve ser apenas técnico, deve providenciar formas superiores de comunicação e de respeito ao outro. Isso se chama democracia. Nessa medida, nós, no Brasil, estamos sempre refazendo e caindo na barbárie. Temos uma deficiência ética quase, eu diria, originária. É muito difícil mudar a situação dessa ética “aos amigos tudo, para os inimigos a lei”.

O que destacaria para uma reforma eleitoral?

Eu teria três sugestões, de uma pessoa que nasceu em 1946 e já acompanhou muito a vida pública. A primeira, mais ampla e

difícil, que demanda mais tempo, seria a federalização do Brasil. O Brasil não é uma federação: é um império comandado pelo Executivo federal. Estados e municípios têm uma autonomia muito pequena.

Dependem do favor do Executivo federal a todo momento.

Exatamente. Do ponto de vista financeiro, o aporte principal vai diretamente para o Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento. Municípios e estados ficam à míngua. Há um desequilíbrio permanente, sempre o Estado está devedor do poder central e dos favores. O segundo ponto, eu diria, é a democratização dos partidos políticos. Nossos partidos não são democráticos – são oligarquizados, propriedades de grupos, às vezes até de um indivíduo. Existem indivíduos presos por prevaricação, condenados – até do Mensalão –, e que de dentro da prisão definem alianças e posições de seu partido. Continuam donos, são proprietários. Aqui não há, como nos EUA, eleições primárias. O eleitor de base não opina – quando chega na urna, o prato está feito. Ele não interagiu com a direção do partido.

É uma segunda escolha, nunca a primeira.

Nunca a primeira. Terceiro ponto: é preciso urgentemente aprovar pelo menos um dos onze projetos de regulamentação do lobby no Brasil. A falta dessa regulamentação faz com que parlamentares, membros do Executivo e até setores do Judiciário ajam como lobistas no momento em que exercem seu mandato e realizam seu trabalho.

Só que não é transparente.

Exatamente. E aí você não tem a responsabilização. As bancadas fazem lobby no Congresso. Mas é um lobby que, na ver-

EM NOSSO PAÍS NÃO TEMOS A CULTURA DEMOCRÁTICA DA RESPONSABILIZAÇÃO

regime que centraliza o Estado na mão da burocracia e do Poder Executivo, exercido pelo rei ou pelo primeiro-ministro. Quando o Brasil surgiu para a história, em 1500, o absolutismo já reinava em Portugal e na Europa. Essas marcas se tornaram indelévels. Um dos aspectos mais tétricos do absolutismo é que ele é todo fundado no favor. Você depende daquele indivíduo que está próximo da corte para conseguir

dade, não chega sequer a defender bem os interesses de quem deseja a instauração de determinadas normas legais. É feito na base da troca, do favor.

O senhor é a favor do voto obrigatório?

Não. Eu entendo que o voto é um direito que pode ou não ser exercido. Aliás, esse é um problema antigo da democracia. Se você pega "A Política", de Aristóteles, lá o autor indica que a assembleia de Atenas se preocupou em multar o cidadão que não comparecia às eleições. Multava, sobretudo, o cidadão que, sendo eleito para a assembleia, não comparecia. É uma questão muito antiga, não é dessa ou daquela sociedade. Em toda coletividade, você terá aqueles que são mais concernentes aos assuntos públicos e aqueles que são mais voltados para seus interesses privados. Da balança desses dois lados é que você vai ter ou não um nível maior de democracia.

Depois das manifestações de rua, a política vai se renovar?

Acho muito difícil. Entre o que as ruas pediam e a resposta política, na minha balança, os políticos têm muito a dever ainda. Quando apareceram as manifestações de junho de 2013, o encaminhamento da PEC 37 estava no Congresso. Estavam no Parlamento a atenuação da Lei de Responsabilidade Fiscal e a atenuação da Lei da Ficha Limpa. Apenas pela pressão daquelas manifestações, os políticos recuaram. No caso da PEC 37 simplesmente deixaram de lado, o que me leva a pensar que não há uma adequação da política brasileira ao desenvolvimento. Dos anos 1950 até agora, tivemos uma urbanização absolutamente fantástica no País, e uma divulgação dos fatos através da imprensa e de novas tecnologias também fantástica. Mas tudo isso não é aproveitado. Por quê? Porque

há uma superconcentração das políticas públicas do Poder Executivo federal, que toma conta de tais políticas ignorando a Justiça e o Parlamento. Então, no caso da ciência e tecnologia, você tem ministros que tentaram ampliar a capacidade científica e tecnológica do País. O ex-presidente Luiz Inácio da Silva, quando tomou posse no primeiro governo, garantiu que no final daquele primeiro mandato aplicaria 4% do PIB em ciência e tecnologia. O dado de hoje é de 1,7%. Veja o descompasso.

Assim, como iremos ao primeiro mundo?

Tristemente, a tradição brasileira, em termos econômicos, é de exportação de matérias-primas. E nós continuamos. Não existe valor agregado em termos bem definidos. Por exemplo, a Finep, através do presidente Glauco Arbix, promete uma inversão de bilhões nesse setor de inovação tecnológica e de pesquisa [entrevista feita em agosto de 2014]. O problema é que, apesar de toda a boa vontade da Finep, a fonte está no Ministério da Fazenda e no Ministério do Planejamento.

A política está distanciada da realidade brasileira.

Não quero ser vulgar, mas nada mais parecido com a estrutura dos partidos políticos brasileiros do que o futebol brasileiro. Você tem os cartolas. E temos os cartolas da política com, digamos, idade média de 60 anos para cima, o que faz com que a juventude não frequente esses partidos. Quando vejo na televisão reunião da juventude de tal partido, começo a dar risada, porque estão todos com cabelos brancos já, não são jovens. Então a

juventude, assim como o cidadão, é afastada dos partidos, e não atraída por eles.

Dá para ter esperança?

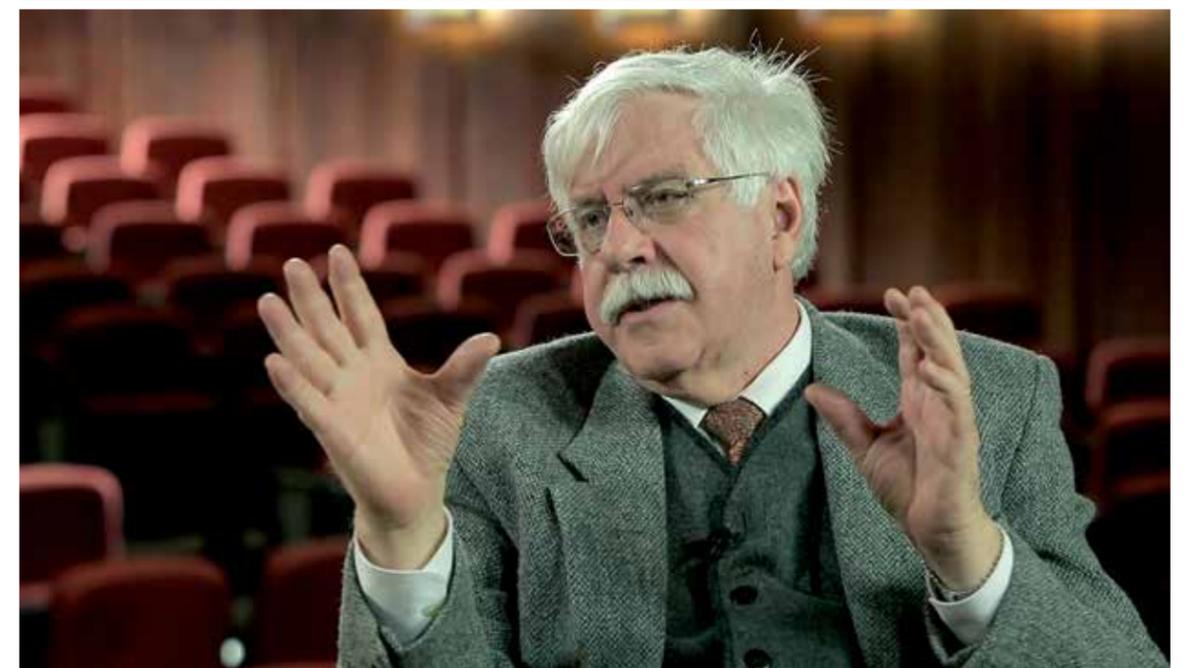
Dá, porque, apesar de todo o malefício e da situação extremamente odiosa da comunicação através da internet no Brasil, ela tem servido para alguns adiantamentos que são importantes. Por exemplo, o caso da Lei da Ficha Limpa. É uma lei que até pode ser arguida de inconstitucionalidade, porque pune não em última instância. Mas ela ajudou muito a afastar uma camada de políticos – a mais deletéria, eu diria.

Foi um avanço moralizante, não?

Exatamente. Não é por outro motivo que em junho de 2013 se pensava em atenuá-la ou simplesmente acabar com ela. Se você consultar as páginas dos jornais, vai ver

É PRECISO URGENTEMENTE REGULAMENTAR O LOBBY NO BRASIL

que estavam tentando. Outras medidas podem vir através da movimentação do cidadão de base, que está informado, o que não acontecia até 1990. Você tem a divulgação imediata, através da internet, que vai até o interior do Amazonas, até o interior de Goiás. Isso tem como base, também, a urbanização. É um fato inédito. Até 1950 – e eu nasci em 1945 –, o Brasil era aquela faixa litorânea do Atlântico, e hoje a realidade urbana é outra. Estamos aprendendo a viver em cidades. Esse aprendizado vai demorar muito, mas é um elemento que pode trazer esperança de mudanças.



A CREDIBILIDADE DAS INSTITUIÇÕES DEPENDE DE REFORMAS PROFUNDAS

O BRASIL É UM PAÍS IMENSO, MAS QUE PARECE NÃO PENSAR GRANDE. PASSADOS JÁ CINCO SÉCULOS, AQUI AINDA NÃO SE PLANEJA A LONGO PRAZO. QUE SOCIEDADE QUEREMOS SER NOS PRÓXIMOS CEM OU DUZENTOS ANOS? ESSE DEBATE NÃO PODE MAIS SER EVITADO. PARA O CIENTISTA POLÍTICO LUIZ FELIPE D'AVILA, SEM DEFINIÇÕES PRÉVIAS E SEM ESTADISTAS QUE PENSEM NAS PRÓXIMAS GERAÇÕES, TEREMOS MUITA DIFICULDADE EM AVANÇAR NAS GRANDES REFORMAS PARA TRANSFORMAR O PAÍS.



Accesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista

Onde o Brasil pode e quer chegar?

Essa questão é fundamental. Precisamos pensar nas próximas gerações e fazer as reformas estruturais. Sem uma visão de longo prazo, é muito difícil que essa caminhada seja um acúmulo de acertos que leve a mudanças importantes para garantir a liberdade, a democracia e o Estado de Direito no futuro.

Por que o nosso querer muda com tanta intensidade?

Primeiro porque ainda não acreditamos que as instituições são mais importantes do que os indivíduos. Por exemplo, um cidadão assaltado não quer fazer o boletim de ocorrência porque acha que não vai resolver. Nossa cultura é a do despachante, a de arrumar alguém para tentar dar um jeito, um amigo delegado. Desacreditar as instituições é uma coisa que prejudica muito a visão de longo prazo no País. O maior desafio que temos hoje é o fortalecimento das instituições. Mas para fortalecê-las precisamos saber o que queremos. Qual é a visão para o Brasil em 2030? É como uma corrida de revezamento: cada governo pega o bastão num determinado momento. É muito importante a continuidade, a previsibilidade e a confiança nas instituições.

Algum setor da sociedade sabe o que quer?

Vou dar dois exemplos para vermos como isso é difícil. A questão do Estado: qual a sua função? Temos a ideia de que o Estado centralizador é bom para o País porque vai resolver as desigualdades sociais e proteger os pobres das ambições dos ricos. Que Estado queremos? A questão não é o País ser grande ou pequeno, e, sim, a eficiência do Estado. Quando falamos em eficiência, temos que falar em mudanças. Mas

quando falamos em mudanças, as pessoas pensam: vou perder um privilégio, vou perder um direito. E o medo da perda trava as mudanças. Outra coisa: qual é o papel do mercado? A classe política no Brasil enxerga o mercado como um jogo de soma zero: se o trabalhador ganha, o empresário perde; se o empresário ganha, o trabalhador perde. Não conseguimos entender que o mercado é algo fundamental para todos os lados da sociedade.

O que isso representa?

Temos o hábito de querer fazer as coisas sem um bom diagnóstico. Precisamos gastar tempo definindo o que realmente queremos. O ex-presidente Lula comete um erro quando passa a ideia de que seu governo é o marco zero da história, pois o importante é a continuidade. Precisamos entender de onde viemos e para onde estamos caminhando, sem redefinir tudo a cada eleição. Como vamos ter educação de qualidade se não tivermos para isso um projeto de longo prazo, até 2030, por exemplo?

É preciso definir rumos?

Sim. O que queremos como educação? O que é educação de qualidade? É todo mundo na universidade, são cursos profissionalizantes? Sem definições começamos a andar de forma errática e teremos muita dificuldade em avançar nas grandes reformas.

A falta de definições é que dá a sensação de patinar e perder o bonde da história?

Exatamente. Além disso, corrói a credibilidade das instituições. Para Aristóteles,

a política é definição de propósitos. Se não definirmos um propósito, como vamos julgar quem merece o quê, e como?

O Brasil ainda espera um salvador da pátria?

Nas tribos, o poder estava concentrado no líder. O crescimento econômico no mundo começa no fim do século XIX, quando as instituições se tornam mais fortes que os reis. O Estado de Direito se sobrepõe ao voluntarismo pessoal. Isso dá um senso de continuidade e previsibilidade, duas coisas que aumentam o grau de confiança para se investir em longo prazo, com a segu-

A QUESTÃO NÃO É O PAÍS SER GRANDE OU PEQUENO, E, SIM, A EFICIÊNCIA DO ESTADO

rança de que o seu investimento não será confiscado. Vou dar um exemplo simples: se pegarmos o Estado de São Paulo, onde as instituições são bem desenvolvidas, e o Maranhão, você vê a diferença de IDH entre um lugar onde as instituições funcionam, e, outro, onde uma família reina.

Temos vários Brasis. Qual seria o projeto de futuro para unir o País?

Uma nação continental como o Brasil precisa descentralizar o poder e devolvê-lo a Estados e municípios. A única vez que tivemos um federalismo de verdade foi na Primeira República. Quando a República foi proclamada, em 1889, o PIB do Estado de São Paulo era igual ao do Rio Grande do Sul. Em 1930, já era quase 40% da riqueza nacional. Por que São Paulo teve essa grande evolução? Porque foi o único Estado onde havia estabilidade política. Aqui





UMA NAÇÃO CONTINENTAL COMO O BRASIL PRECISA DESCENTRALIZAR O PODER

não houve as brigas e cizânias internas que dilaceraram Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e outros Estados. A paz política permitiu os investimentos de longo prazo. A elite cafeeira paulista diversificou seus investimentos na indústria e no comércio. E foi isso que deu o grande salto econômico do Estado de São Paulo.

Estamos vivendo uma guerra civil política no País, principalmente pela internet?

O problema é o imediatismo, o pensar na próxima eleição, não em reformas estruturais. Veja a questão da Previdência. O modelo previdenciário existente hoje é insustentável. Todos os políticos sabem disso, é matemático. É uma bomba-relógio. Todos sabemos e não fazemos nada, ficamos com medidas paliativas que não resolvem. Por quê? Porque quem enfrentar o problema real talvez perca a eleição. Aí é que precisamos de estadistas, que fazem as pessoas confrontarem a realidade, lidar com perdas e saber que isso é importante para os ganhos futuros das próximas gerações. Outro ponto que me parece muito pertinente para a realidade brasileira é que, sem essa definição de nação, não sabemos qual o grau de sacrifício que temos de fazer hoje para atingir um bem futuro. É difícil calcularmos o valor do amanhã, porque o contexto muda muito rápido.

Além dos políticos, a sociedade também não é complacente com as mazelas?

Com certeza. Todas as classes no Brasil, ricos e pobres, dependem do Estado.

Quarenta por cento da riqueza do País passa pelo Estado brasileiro, que emite 79 milhões de contracheques por mês, entre benefícios, transferências de renda e salários. São quase 140 milhões de brasileiros que dependem, de alguma forma, parcial ou integralmente, do Estado. Por isso é tão difícil mudar. Empresário depende

do Bolsa BNDES; pobre depende do Bolsa Família. O sonho da classe média nos anos 1950 era ter um bom emprego público. O sonho do jovem hoje é abrir o seu próprio negócio, ser dono do seu nariz, sem depender do Estado. Essa turma que cria dinheiro com seu esforço pessoal começa a ver como custa caro manter o Estado paternalista e intervencionista. Eles também não se sentem representados. Quem é o deputado no Brasil hoje? É um defensor da meia-entrada, da isenção fiscal para determinada categoria, de uma medida protecionista para a indústria. Temos um Congresso de defensores de meia-entrada. Quem é que pensa no País, na reforma de longo prazo, na geração vindoura? Se não nos conscientizarmos de que precisamos fazer reformas estruturais profundas, vamos continuar corroendo a credibilidade das instituições. Teremos levantes cada vez piores e manifestações cada vez mais violentas.

O que somos hoje e o que seremos amanhã?

Entre os países emergentes, o Brasil tem a democracia mais avançada de todos. Temos eleições livres e limpas, uma imprensa independente e liberdade de expressão, que é um termômetro muito importante de maturidade política. Temos instituições fortes, respeitáveis –

o Supremo Tribunal Federal acabou de dar um bom exemplo, no julgamento do Mensalão, de independência da Justiça. Mas também temos os desafios da educação, saúde e segurança. O crime, por exemplo, é vencido com inteligência. Como fazer isso num país em que as Polícias Civil e Militar não conversam e não compartilham informações? Precisamos mergulhar nos problemas estruturais, mas o que fazemos são diagnósticos superficiais. Acabamos de aprovar no Congresso [2014] uma lei que garante 10% do PIB à educação, como se o problema da qualidade da educação no Brasil fosse unicamente falta de dinheiro. Gastamos *per capita*, em educação, a mesma coisa que o Japão; só que aqui o dinheiro não chega ao aluno, pois é perdido numa cadeia – nos benefícios e aposentadorias de professores, por exemplo. Ou seja, deveríamos usar o dinheiro do nosso imposto de maneira mais eficiente, mas começamos errado, dando 10% para a educação, como se isso resolvesse. O orçamento do Brasil é engessado em 82% de verba carimbada. E o que aconteceu? Nada. Continuamos tendo saúde, educação e segurança de péssima qualidade. Por quê? Porque não atacamos os problemas estruturais. Assim, voltamos à questão inicial: que Brasil queremos? Por que o nosso Estado é tão ineficaz? A Coreia fez uma revolução na educação com um terço do que nós gastamos. Por quê? Porque lá houve investimento em educação durante 20 anos. Qual é o plano de 20 anos que nós temos no Brasil? Precisamos de estadistas com visão de longo prazo, que pensem nas próximas gerações e façam essas reformas estruturais.

O COMBATE À CORRUPÇÃO EXIGE MUDANÇAS NO COMPORTAMENTO DO SETOR PRIVADO

O CUSTO DA CORRUPÇÃO NO BRASIL É MUITO GRANDE. DA UNIÃO, DO ESTADO, DO MUNICÍPIO E DAS EMPRESAS E ÓRGÃOS PÚBLICOS NOS TRÊS NÍVEIS SÃO SUBTRAÍDOS RECURSOS QUE FALTAM PARA O ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO, EM ESPECIAL DOS MAIS CARENTES. A PREFEITURA DE SÃO PAULO, VÍTIMA DE UMA SUCESSÃO DE ESCÂNDALOS, INSTITUIU A CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO, PARA PREVENIR E COMBATER ESSES DELITOS. ESTRUTURADOR DO ÓRGÃO, MÁRIO VINICIUS SPINELLI REVELA AQUI COMO CONSEGUIU DESMONTAR A MÁFIA DOS FISCAIS, RESPONSÁVEL PELO DESVIO DE MILHÕES DE REAIS.



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista

Qual o custo da corrupção?

Enorme, sem dúvida, mas muito difícil de definir porque a corrupção, além do desvio imediato dos recursos públicos, tem prejuízos secundários grandes e danosos para o Estado. Um ambiente de corrupção disseminada é marcado pela desconfiança e pode tornar o Estado ainda mais ineficiente e burocrático.

O brasileiro acha a corrupção normal?

Escutamos com frequência que a corrupção decorre da cultura do brasileiro, do Estado patrimonialista onde o público sempre se confundiu com o privado. É necessária, sim, uma mudança cultural. Mas também temos que ter uma legislação para reduzir a impunidade e instituições aptas a prevenir e combater. Não está no DNA do brasileiro a lógica da corrupção. Se fosse assim, teríamos que conviver com ela até o fim dos nossos dias. Acho que o País, na última década, avançou bastante na luta contra a corrupção. Evidente que ainda há muito que fazer. Entre as medidas que precisam ser adotadas está a redução do rito processual. No Brasil, os crimes de corrupção demoram décadas para serem julgados. Não dá para esperar dez, quinze anos para condenar uma pessoa por um crime tão danoso à sociedade.

A questão é cultural ou reside na facilidade que o Estado brasileiro oferece para o desvio de recurso?

As duas coisas. É preciso uma mudança cultural: os pais têm que discutir questões éticas com seus filhos. Tem gente que não considera corrupção sonegar porque os impostos são altos. Um em cada quatro brasileiros pensa que dar propina a um guarda para evitar a multa não é corrupção. A essa visão distorcida soma-se um Estado que não consegue penalizar o corrupto.

O senhor veio do Governo Federal para a Controladoria?

A Controladoria foi criada no início do governo Fernando Haddad. Sou auditor da Controladoria-Geral da União, e o prefeito me convidou para estruturar a Controladoria do Município de São Paulo. Passados 25 anos da nossa Constituição Federal, a maior cidade do País ainda não tinha uma estrutura adequada de controle interno.

O que levou a uma sucessão de escândalos.

Evidentemente. Uma pesquisa recente apontou que a principal causa para a corrupção na Europa é a ausência de controles internos adequados, principalmente nos governos locais.

O senhor tem independência para trabalhar?

Sim. Quando o prefeito [Fernando Haddad] me fez o convite, deixou isso muito claro. Vamos deixar para a cidade um legado de ética. No escândalo da Máfia dos Fiscais do ISS, atuamos de forma totalmente independente, instaurando sindicâncias com relação aos próprios membros da equipe política do governo. Essa é a principal característica de um órgão de controle: atuar sempre com base na técnica. Se permitirmos essa atividade ir para o lado político, estaremos fadados ao fracasso.

Além do valor a ser ressarcido, a Prefeitura aumentou a arrecadação do Município com o ISS e o Habite-se.

Esse caso merece ser estudado, porque revela uma série de facetas da corrupção. A máfia instalada na Prefeitura pôde perdurar tanto tempo porque contou com a

conivência de empresas que atuam no mercado da construção civil e tinham todas as condições de fazer chegar às autoridades que estavam sendo extorquidas.

Não fizeram isso por causa de uma cultura da facilidade?

Entendo que sim, da tolerância. Falo das construtoras. Deflagrada a operação que desvendou o escândalo, quantas empresas procuraram a Controladoria para contribuir com as investigações? Uma. Mais de 500 empresas envolvidas e só uma procurou. Eu colocaria essas empresas na classificação de corruptores. Elas pagaram de propina a um servidor público 500, 600 mil reais em um mês. Um desvio, nos últimos cinco anos, estimado em meio bilhão de reais só no ISS e Habite-se, mas não se limitou a isso, pois havia também ligações com o IPTU. A informação que temos é que era vendido um combo: paga-se propina para o ISS e leva também o IPTU.

NO BRASIL, OS CRIMES DE CORRUPÇÃO DEMORAM DÉCADAS PARA SEREM JULGADOS

A empresa que pagou propina e se autointitula vítima, se ficar provado que ela era vítima mesmo, vai ter que pagar o imposto novamente?

Não apenas isso. Ela vai pagar o imposto, multa e vai responder aos inquéritos que forem instaurados pelo Ministério Público e pela polícia. Não há outra possibilidade: ou as empresas se beneficiaram diretamente desse esquema criminoso ou elas foram no mínimo



coniventes. Não estamos lidando com ignorantes. No Brasil, se queremos combater a corrupção, também é necessária a mudança no comportamento do setor privado. Sempre se olhou apenas para o corrupto, que não existe sozinho sem o corruptor.

A chamada “Lei Anticorrupção”, que permite ao Estado responsabilizar as empresas por atos lesivos praticados contra o Poder Público, não foi usada nesse caso?

A lei nunca retrocede para punir; a sorte desse pessoal foi que a lei não estava em vigor. Na esfera administrativa, onde a sanção é possível, pode ser aplicada multa em função da sonegação de tributos. Mas não posso declará-las como inidôneas para contratar porque são empresas que têm relação apenas tributária com o Poder Público. A nossa ação é limitada porque a lei ainda não estava em vigor.

Qual foi o *modus operandi* da Controladoria?

Nesse caso específico, usamos uma estratégia que estamos conseguindo disseminar para outros órgãos de combate à corrupção no País. Para fortalecer o setor de inteligência da Controladoria, trouxemos um grupo de servidores do Governo Federal, da Controladoria-Geral da União e da Receita Federal, uma equipe que já trabalhava comigo em Brasília e que topou aceitar o desafio. Começamos a examinar a compatibilidade entre o patrimônio do servidor e a sua remuneração. Com isso, identificamos que na Secretaria de Finanças, num determinado departamento, havia servidores com patrimônio muito alto. Esse foi o primeiro *insight* para a operação da máfia dos fiscais.

O sujeito colocava no nome dele o que desviava?

Não apenas em seu próprio nome, mas também em nome de empresas e de parentes. Conseguimos identificar isso. No segundo momento, começamos a examinar o desempenho desses servidores. Verificamos que aquele grupo de servidores pegava as grandes obras, e o potencial arrecadatório deles era menor do que outros que trabalhavam no mesmo setor. Fizemos uma análise estatística. Identificamos que esses servidores tinham patrimônio alto, eram beneficiados na distribuição de trabalho e a Prefeitura recebia um valor bem menor do que historicamente era registrado no setor. Aí buscamos uma parceria com o Ministério Público e iniciamos uma investigação com autorização da Justiça, que nos permitiu interceptação telefônica, quebra de sigilo fiscal e bancário. O caso veio à tona. Para você ter uma ideia, estamos falando do patrimônio de alguns servidores que chega a trinta milhões de reais.

Como fica hoje o discurso do empresário de que se não pagar propina a obra não anda?

Não dá para admitir esse tipo de comportamento. Esse empresário deve procurar as autoridades; caso contrário, não mudamos o País. Tenho batido muito nisso em palestras para o mercado imobiliário, mostrando quem denunciou e não foi penalizado depois. Houve um caso ímpar de servidor da Subprefeitura de M’Boi Mirim, denunciado por um cidadão pobre que estava construindo sua própria casa. O servidor da Prefeitura ia “achacá-lo” pedindo seis mil reais. Como um cidadão desses denuncia e uma grande constru-

tora não? Outro problema é o sigilo fiscal. Eu, como contribuinte, cidadão, devo ter o direito de saber quais empresas pagam propina. Posso não querer comprar um apartamento de uma empresa que sonega. Mas existe esse entendimento que, em razão do sigilo fiscal, os nomes das empresas não podem ser divulgados. O sigilo é uma garantia constitucional

OLHA-SE APENAS PARA O CORRUPTO, QUE NÃO EXISTE SOZINHO, SEM O CORRUPTOR

e deve ser respeitado, mas a sociedade também tem o direito de saber qual empresa atua corretamente e qual não.

Como as denúncias de corrupção podem ser feitas?

Nós criamos, no site da Controladoria, um formulário específico com tutorial para que o cidadão possa encaminhar a sua denúncia.

O senhor tem estrutura para continuar fazendo o seu trabalho?

Essa estrutura vai se dar quando tivermos o projeto de lei aprovado na Câmara dos Vereadores. A Controladoria não pode acabar quando o prefeito mudar. É uma revolução no Município: acabou de sair um relatório internacional apontando a cidade de São Paulo como a que melhor cumpre a Lei de Acesso à Informação no País, à frente, inclusive, do Governo Federal. Ficamos com uma nota altíssima. Isso é resultado do trabalho da Controladoria. Para que fique o legado, precisamos ter auditores de carreira e pessoal qualificado.



HÁ UM CLUBINHO DOS PICARETAS NA VIDA PÚBLICA BRASILEIRA

EMBORA O PAÍS ESTEJA VIVENDO O MAIOR PERÍODO DEMOCRÁTICO ININTERRUPTO DE SUA HISTÓRIA, A SOCIEDADE BRASILEIRA AINDA NÃO ESTÁ ACOSTUMADA A EXERCITAR A DEMOCRACIA EM SUAS MÚLTIPLAS FACETAS. PARA FALAR SOBRE O ASSUNTO, RICARDO SALLES, PRESIDENTE DO INSTITUTO ENDIREITA BRASIL, ANALISA ASPECTOS COMO O DESEMPENHO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO. ELE DEFENDE A MERITOCRACIA E A POSSIBILIDADE DA DEMISSÃO DE SERVIDORES POR DESCUMPRIMENTO DE METAS.



Accesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista

Qual a sua expectativa sobre o País?

O Brasil melhorou em algumas coisas e piorou em outras. Melhorou muito na questão econômica, graças àquelas mudanças feitas lá atrás, com o Plano Real, mas piorou muito em questões comportamentais, de segurança pública. Isso, na minha opinião, possui uma raiz. Temos o péssimo hábito de relativizar o certo e o errado. Ora temos uma opinião, ora temos outra, dependendo de quem é a pessoa com quem se fala ou sobre quem se fala. Se o fato comentado é sobre um amigo seu ou alguém que conhece, você vai ser condescendente. Se é sobre alguém que você não gosta ou não conhece, aí, cadeia. Mas certo e errado não têm coloração partidária. O grande filtro hoje, na política brasileira, infelizmente, não é mais ideológico como no passado. Antigamente as pessoas se dividiam entre esquerda, direita, progressistas, conservadores. Ainda há essa divisão, mas, antes de se chegar a ela, o divisor de águas hoje no Brasil está entre os sérios e os picaretas. Bandido, corrupto, não importa a coloração partidária ou a visão ideológica, tem que ir para a cadeia e ficar dez anos, sem livramento condicional. A pena, além de reeducar o sujeito, tem o caráter de punição e exemplificação para os demais. O exemplo é muito importante. Quando tivermos limpo este País, aí vamos discutir se queremos Estado maior ou menor, mais ou menos intervenção na economia. A grande aliança que hoje há na vida pública brasileira é a dos picaretas contra os cidadãos de bem. As pessoas ruins se ajudam, independentemente da coloração partidária. Há uma espécie de “clubinho dos picaretas” na vida pública brasileira, em todas as esferas. É contra

esses que temos que lutar, para depois fazermos uma divisão ideológica.

O que vem primeiro: a participação popular ou a melhoria do ambiente político? Falta participação da população?

Temos um desafio simultâneo. A sociedade brasileira não está acostumada a exercitar a democracia de maneira continuada e multifacetária, em parte inclusive por razões históricas. O poder é muito centralizado. O cidadão contribuinte paga para que o Estado exista, mas não se sente patrão do Estado. Ao contrário, ele se sente escravo. Nas sociedades mais maduras, o cidadão contribuinte sabe que o Estado e as pessoas que o compõem, do vereador ao presidente da República, são os seus servidores. Eles recebem para servir ao Estado que serve ao cidadão. Isso do lado da mentalidade. Do lado das ferramentas, faltam instrumentos de transparência, de *accountability* ou de prestação de contas ao cidadão que permitam que a pessoa tenha um caminho livre e fácil para exercer a cidadania num ambiente democrático. Mas acho que isso melhorou muito. Hoje há opções; vemos todas essas associações e entidades que nos últimos dez anos se formaram em torno dos temas da democracia, movimentos como o da Ficha Limpa ou do Brasil Anticorrupção. São movimentos espontâneos da sociedade que se organizaram, e usaram, como o Transparência Brasil, instrumentos de fiscalização e acompanhamento. Há certa forma de cobrança de resultados de políticos, de juízes – como é o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) –, de

membros do Legislativo e do Ministério Público. Isso é da nossa natureza – está sendo construído. Nos Estados Unidos, por exemplo, quando o sujeito vai para a faculdade, uma das coisas que conta ponto no currículo é se ele desenvolveu ao longo da sua vida escolar trabalhos voluntários e associativos. Aqui, não.

O verbo servir, em inglês, é um dos mais importantes.

Exato; aqui não temos isso. Quanto mais cultura, mais preparo e oportunidades, inclusive financeiras, quanto mais patrimônio ou salário você tem, há uma obrigação implícita em devolver uma parcela disso à sociedade. Não através de impostos, mas através de trabalho voluntário em associações sem fins lucrativos. Doar

HÁ UMA ESPÉCIE DE “CLUBINHO DOS PICARETAS” NA VIDA PÚBLICA BRASILEIRA, EM TODAS AS ESFERAS

um pouco do seu tempo e do seu conhecimento deve ser feito de maneira voluntária. A sociedade tem que ser incentivada a fazer isso, não pode ser na base da força. Não vamos criar uma lei obrigando cada um a doar 10% do seu tempo. A pessoa tem que se sentir moralmente compelida a participar, a ensinar esporte, história ou finanças, por exemplo, de acordo com suas habilidades.

Aqui pais e mães não participam nem da educação dos filhos.

Exato. O sujeito larga o filho na escola e diz assim: “Agora, das oito ao meio-





-dia, a escola cuida". É uma transferência de responsabilidade, parecida com a da pessoa que vota e diz assim: "Bem, cumpri a minha obrigação; daqui quatro anos eu volto".

Como o servidor público atua no Brasil?

Existe uma parcela que é realmente dedicada, mas eu diria que é minoria. Há dois grupos: aqueles que são comissionados e, portanto, podem ser demitidos a qualquer momento, e os que não são. Como dizem, o sujeito concursado põe o burro na sombra, porque não vai ser mandado embora. Seria como se tivesse obtido o privilégio de ter estabilidade no emprego e quase nenhuma cobrança por resultado e qualidade de prestação de serviço. Tem a certeza de uma remuneração, que já foi ruim, mas hoje em dia é boa. Comparando o salário do funcionalismo brasileiro, em qualquer esfera, com o do setor privado, vemos que o setor

nomia de salário transformam o funcionário num preguiçoso. Deveria ter meta. Cumpriu a meta, ganha bônus. Não cumpriu, não só não ganha bônus como vai para a rua.

Deveria ter prêmio por desempenho e mérito?

Sim, desempenho e meritocracia. É valorizar quem trabalha, quem é bom. E pôr para fora quem não é bom, por estar prejudicando o Estado e o cidadão.

A sociedade brasileira tem consciência dessas distorções?

Eu acho que a sociedade evoluiu muito. Talvez ainda não estejamos no nível de conhecimento e maturidade que permita à sociedade discutir isso sem perseguições, sem patrulhamento ideológico, inclusive porque hoje vivemos no Brasil a ditadura das corporações. O corporativismo, o lobby das corporações é tão forte no Executivo, no Legislativo

e no Judiciário que há um verdadeiro patrulhamento ideológico para abafar a discussão. Mas o fato é o seguinte: quando a sociedade entender que certas garantias no fundo se voltam contra ela própria, vai querer discutir isso. Uma

TEMOS O PÉSSIMO HÁBITO DE RELATIVIZAR O CERTO E O ERRADO. ORA TEMOS UMA OPINIÃO, ORA TEMOS OUTRA

público não ganha mal. Além disso, não tem cobrança de resultados e não tem risco. Ora, o sujeito que não tem desempenho, não entrega o resultado para o qual foi contratado, tem que ser mandado embora, ainda que num processo rígido, para não haver perseguições políticas. Mas a estabilidade no emprego, de todo o funcionalismo indiscriminadamente, e a obrigatoriedade totalmente demagógica de iso-

delas é essa, a garantia da estabilidade do funcionalismo público como um bem indiscutível. Não pode ser indiscutível. Se tem um sujeito que não atinge a meta, não trabalha, está sempre de licença médica porque fraudou atestados, tem que ir para a rua. Não importa se ele tem família – que pensasse nisso antes. Agora, quem está sendo prejudicado? Primeiro a sociedade, que tem um funcionário que ganha, mas não traba-

lha. Segundo, a pessoa que poderia estar no lugar dele, alguém competente com vontade de trabalhar, que queria o emprego e não o tem. Então, quando mantemos um incompetente ou um relapso numa cadeira, estamos proibindo que o competente ou o que quer trabalhar sente nessa cadeira. É uma injustiça. O contribuinte paga o imposto, chega ao balcão para receber o serviço público e tem lá um descompromissado que não atende direito. Essa é a verdadeira injustiça. Ai você manda o descompromissado embora e vem o sindicato do setor dele: "Coitado, não pode ser mandado embora". Como não pode? Deve ser mandado embora. É uma coisa óbvia, de responsabilidade pessoal: se você não cumpre suas obrigações, tem que ser penalizado. O que acontece hoje? Você socializa, com todo mundo, a responsabilidade do sujeito. Somos todos responsáveis por manter o salário dele que, embora preguiçoso, não pode ser mandado embora.

O mau exemplo não vem da classe política?

Nos Estados Unidos tem 150 entidades espalhadas por todo o país tratando de monitorar o que cada parlamentar vota, sob o ponto de vista de aumento da carga tributária, ou seja, imposto. São entidades sem fins lucrativos, mas com bons orçamentos, porque a sociedade americana ajuda a financiar quem luta por sua causa. Isso é muito comum nos Estados Unidos – tem uma infinidade de causas defendidas por diversas entidades sem fins lucrativos. Quando um tema qualquer é votado no Congresso, no dia seguinte as entidades estão alertando o eleitor sobre quem votou a favor do aumento de imposto, ou quem votou a favor da desregulamentação da

área tal. Tem que prestar contas à sociedade. No dia seguinte, quando o deputado estadual, federal ou vereador abrir o jornal e vir a cara dele ali, aí acaba esse manto, essa coisa escondida que ninguém sabe quem votou. O Congresso não é ninguém, é preciso individualizar as responsabilidades.

No período eleitoral, a lei exige que a imprensa trate os candidatos com isonomia. O que acha disso?

É mais uma vez aquele raciocínio de que os iluminados do Estado, que estão dentro do Poder Público, querem tutelar os interesses da sociedade. Imagine o seguinte: por que existe a legislação? Para evitar abuso de poder econômico. Se o sujeito lá de determinado Estado – dono de rádios e emissoras de TV – tivesse a liberdade de colocar quem ele quisesse nos programas de rádio e televisão, só apareceria o candidato dele. O que acontece no raciocínio do legislador? Já que é assim, eu tenho que obrigar o sujeito, dono da rádio e da emissora, a abrir espaço para todos – ou abre para todos ou não abre para ninguém. O raciocínio é mais ou menos esse.

É o pior dos cenários?

É o pior, porque coloca na discussão pessoas irrelevantes, gente que não tem o que dizer. Aquele que teria alguma coisa de relevante para ser perguntado, acaba se escondendo atrás dessa regra formal para não ter que responder aquilo que lhe é inconveniente. Agora, numa situação de liberdade, o que o cidadão faz? Começa a ver que é um programa chapa-branca, que só fala do candidato A, muda de canal. Se existe apenas um canal de televisão ou uma rádio a serviço de uma candidatura só, o que você faz?

Desliga a televisão, desliga o rádio. Aí vem alguém e diz: “Mas o eleitor é muito coitadinho, muito ignorante. Não vai perceber que é massa de manobra”. Ou seja, você está infantilizando o eleitor. Está dizendo: “Eu, ministro do Tribunal Superior Eleitoral, de Brasília, acho que o sujeito lá dos confins do Brasil é tão ignorante, tão despreparado, que eu tenho que tutelá-lo”. Isso é um absurdo. É o pior dos mundos. O melhor, nessas horas, é deixar a ordem natural das coisas resolver. Se o programa é livre e tem um bom jornalismo, não importa quem está sendo entrevistado: você vai ter audiência, pessoas informadas que vão aproveitar a sua mensagem para votar melhor.

Qual o norte do Endireita Brasil?

O Endireita Brasil foi criado em 2006 para servir como uma espécie de ponte para pessoas que têm vontade de participar da vida pública. Quando digo participar da vida pública, digo participar mesmo, ser candidato, compor governo; como eu dizia lá atrás, do ponto de vista do voluntariado, dar uma contribuição para o País. Tem muita gente que quer participar e não sabe como. É uma ponte entre sociedade civil, setor privado e meio político, que carece de pessoas. Esse é outro problema que a sociedade brasileira vive. Dizem: “Não me meto em política”. Filho, se você não se meter em política, não existe vácuo: ou vai sentar alguém bom nessa cadeira ou alguém ruim. Alguém vai sentar. Na medida em que você não participa, perde a legitimidade de criticar. Então, o Movimento Endireita Brasil foi criado para servir como um catalizador, para identificar

peças que querem participar da vida pública. Mas que pessoas? Pessoas que, por sua vez, tenham uma linha de pensamento parecida com a que temos, que é a do liberalismo, ou seja, aquela em que o Estado tem que ser menor, a carga tri-

NA MEDIDA EM QUE O CIDADÃO NÃO PARTICIPA DA VIDA POLÍTICA, ELE PERDE A LEGITIMIDADE DE CRITICAR

butária tem que ser menor, o Estado tem que interferir menos na vida das pessoas, com o pressuposto de que cada um sabe cuidar melhor de si do que o Estado. Para outras linhas de pensamento, já existem outras entidades que facilitam.

Presidir o Endireita Brasil e ao mesmo tempo ser secretário do governador Alckmim não gera conflito de interesses?

Eu me afastei da presidência. Fui um fundador e um dos idealizadores do grupo, mas quando assumi a secretaria particular do governador me afastei da presidência do movimento. Sou um presidente licenciado, sem funções executivas, mas com funções representativas, quando é o caso. É importante as pessoas dizerem o que pensam, senão, o debate não avança e vira uma enganação permanente.



A VIDA POLÍTICA NO PAÍS ESTÁ PERPASSADA DE ANOMALIAS

O DESEJO POR UM PAÍS MELHOR FAZ COM QUE NÓS, BRASILEIROS, SEMPRE ESTEJAMOS NUM INTERMINÁVEL PROCESSO DE BUSCA. FAZEMOS ISSO QUASE DIARIAMENTE. AFINAL, É HUMANO O DESEJO DE ASCENDER. AO QUE TUDO INDICA, NOS ÚLTIMOS TEMPOS ESSE TAMBÉM É O SENTIMENTO NACIONAL. EM 2014, ANO DE COPA DO MUNDO E DE ELEIÇÕES GERAIS, A PACIÊNCIA PARA DISCUTIR O BRASIL FOI TÃO GRANDE QUANTO A IMPACIÊNCIA COM TUDO AQUILO QUE AINDA NÃO DEU CERTO. O NÍVEL DE ENVOLVIMENTO AUMENTOU? ESTAMOS NUM MOMENTO ÚNICO DE NOSSA HISTÓRIA? OU APENAS VIVEMOS UM CAPÍTULO DIFERENTE DA VIDA BRASILEIRA? A HISTORIADORA MARY DEL PRIORE RESGATA EM NOSSO PASSADO EXPLICAÇÕES PARA O PRESENTE E RUMOS PARA O FUTURO.



Accesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista



O Brasil está vivendo um processo de mudanças?

Nós, historiadores, gostamos muito desta palavra: processo. Para historiadores, estamos sempre no gerúndio – fazendo, construindo, fabricando, erigindo. A ideia da movimentação dentro da história é fundamental, mas, muitas vezes, ela deixa em segundo plano um outro fenômeno da história, que é o convívio do novo com o velho. Aqui no Brasil conjugamos os verbos “construir”, “fazer”, “rememorar” e “lembrar” sempre colocando aquilo que trazemos do nosso passado no nosso presente.

Vivemos algo diferente desde junho de 2013, não?

Eu fico me perguntando se não estamos nisso desde a segunda metade do século 19, no momento em que palavras como abolição, república e o movimento socialista começaram a chegar ao Brasil. O positivismo prometia uma sociedade melhor. Essa ideia de caminharmos para o novo em busca do progresso, em busca

de celular e de televisão LED de oitocentas polegadas. Mas, na intimidade do nosso lar, diante do espelho, o que encontramos? Indivíduos na maior parte do tempo extremamente patriarcais, machistas, homofóbicos e racistas. É o novo convivendo com o velho. Lá está a nossa velha imagem, esse brasileiro que não consegue simplesmente arrancar da sua própria pele a herança de coisas terríveis. Aqui na Avenida Paulista vivem batendo em jovens homossexuais, o que é absolutamente inadmissível na capital mais moderna da América do Sul.

Existe um individualismo atroz?

A filosofia, sobretudo a partir dos anos 1990, debruçou-se sobre a questão do individualismo. A tecnologia da internet e o computador acabaram por acirrar ou potencializar o individualismo. As pessoas trabalham o dia todo, chegam em casa exaustas e ligam o computador: pela internet se comunicam, namoram, fazem amigos, pertencem a determinadas tribos, fazem amor, tudo numa

solidão muito grande, que caracteriza o individualismo nas grandes cidades. O individualismo também é um tema novo na agenda da filosofia. Os filósofos se perguntam se felicidade

SOLICITA-SE DIREITOS, MAS A PALAVRA DEVER É IGNORADA POR TODOS

de um tempo de abundância para todos, está na agenda dos positivistas republicanos do século 19. Há muito tempo estamos buscando isso.

O que já conseguimos encontrar dentro dessa busca incessante?

O Brasil mudou muito nos últimos anos. A grande novidade hoje são os meios de comunicação e a tecnologia de informação. Isso teve impacto na sociedade brasileira. Nos tornamos consumidores ávidos

e individualismo podem caminhar de mãos dadas. Aqui, há muitos Brasileiros e muitos brasileiros. Alguns perseguem a questão do coletivo, sentem falta da grande família, da comunidade. Aí está o sucesso de muitas igrejas que proliferam a partir, justamente, dessa concentração urbana, desse individualismo bafejado pela filosofia e pelos hábitos contemporâneos. Eu diria que a multiplicação de seitas hoje, no Brasil, tem muito a ver com a perda de identidade.

A mulher no poder mudou alguma coisa no País?

Há um grande desconhecimento histórico sobre a luta das mulheres pela vida política. Na história do Brasil elas estiveram presentes na política desde o século 19. Tivemos grandes jornalistas mulheres em jornais abolicionistas, poetisas abolicionistas, que iam para a frente de um palco e declamavam poesias em favor da abolição. Mas a educação da mulher, no Brasil, teve um atraso enorme: ela não podia ler nem escrever, para não se comunicar supostamente com o amante que teria, ou com o namorado que teria à revelia do pai. A história da alfabetização da mulher brasileira já é em si um capítulo importante. Depois tivemos a luta pelo voto feminino, com grandes figuras. O “Lobby do Batom” sacudiu o Brasil durante a ditadura. Mulheres participaram dos movimentos de esquerda e de direita. Tivemos mulheres engajadas na luta contra a ditadura e outras engajadas na luta pela ditadura. Qual foi o resultado dessa longa luta? A única igualdade que a mulher brasileira adquiriu nos últimos anos, realmente de igual para igual, não foi nos cargos, na profissão ou na questão salarial: foi na corrupção. Não temos um escândalo neste País que não tenha uma saia. *Cherchez la femme*, tem sempre alguém que recebeu dinheiro e colocou na bolsa, levou para o deputado tal, para o senador, para alguém. Então eu não acho, absolutamente, que saias mudem o destino de uma nação.

O importante é o preparo da pessoa, independentemente do sexo?

Esse é um debate que vem desde Getúlio Vargas, que havia pensado em criar, no Brasil, uma Escola de Administração Pública, como existe na França. Não é um problema das mulheres, é um problema dos políticos

no Brasil. Para mim, alguém como o Tiririca nos representando, saído das urnas do Estado mais educado do Brasil, com mais bibliotecas, que mais compra livros para as escolas públicas, é uma coisa totalmente impensável. Políticos que não tenham formação, ao menos um curso superior, seja ele qual for, e que não usem tudo o que seja público, hospitais, escolas para seus filhos, transporte público, não deveriam exercer a política. Mas é uma opinião muito pessoal.

Presidentes frequentam os melhores hospitais do País.

É uma anomalia. A vida política no País está perpassada de anomalias. Nossa Constituição é, em parte, bastante responsável por isso. Fizemos uma Constituição logo depois do fim do governo militar. Nela tinha que caber tudo, todas as demandas daquele povo que ficou asfixiado, sofrendo, sufocado debaixo dos tacões dos militares. Aí coube tudo, e quando cabe tudo, não cabe nada. Melhor ter uma Constituição como a americana, com dez itens, todos rigorosamente cumpridos, do que ter mil e nenhum deles ser cumprido.

Os deveres ficaram desbalanceados em relação aos direitos?

A palavra “dever” é basicamente ignorada por todos, enquanto a relação com os direitos é substantiva. Estamos sempre gritando pelos nossos direitos. Somos um Estado de direitos, mas obliteramos, e procuramos esquecer num cantinho qualquer, embaixo do tapete, que temos deveres. Isso é visível em vários campos da sociedade.

A mesma pessoa que vai às ruas reclamar escola melhor não acompanha o estudo do filho.

Quem somos na vida pública e quem somos na vida privada? Em público, somos

liberais; em privado, somos reacionários, conservadores. Esse divórcio entre público e privado começa em casa. O machismo do brasileiro é inculcado pela mamãe. Homem brasileiro não lava prato, não faz cama. A coisa da casa, da intimidade, da privacidade, essa espécie de dicotomia do brasileiro mereceria mais estudo.

É o brasileiro contraditório, que pede mudanças, mas não as pratica?

É o brasileiro que solicita direitos, mas não cumpre deveres. O sentimento de cidadania no Brasil é muito baixo. Isso se deve exclusivamente à falta de educação no País. Sou alguém que acredita piamente que só a educação poderá mudar o Brasil. Só um investimento massivo na educação de base, no secundário. É preciso, também, um comprometimento da população, que as pessoas interajam com os professores, com a escola.

Falta-nos ambição para sermos uma nação e deixarmos de ser só o espaço geográfico chamado país?

Acho que ambição não é a palavra. Falta-nos educação. E educação no dia a dia. Aquele famoso poeta do viaduto do Rio de Janeiro, o Gentileza, dizia: “Gentileza gera gentileza”. Falta-nos educação básica. Hoje, quando vou a determinados espaços públicos, ouço as pessoas falando alto ao celular, dizendo palavrões com a maior facilidade. Talvez eu seja uma pessoa de outra geração, mas isso é uma coisa que me choca, me incomoda. Acho que está faltando gentileza, educação, civilidade. Palavras que construíram, inclusive, uma cultura: La civilté, na França. No Brasil do século

19 manuais de civilidade eram vendidos e lidos pelas pessoas, que procuravam ser civilizadas. A grande caminhada do individualismo, do consumismo, acabou varrendo tudo isso para baixo do tapete.

Faltam regras de convivência, não?

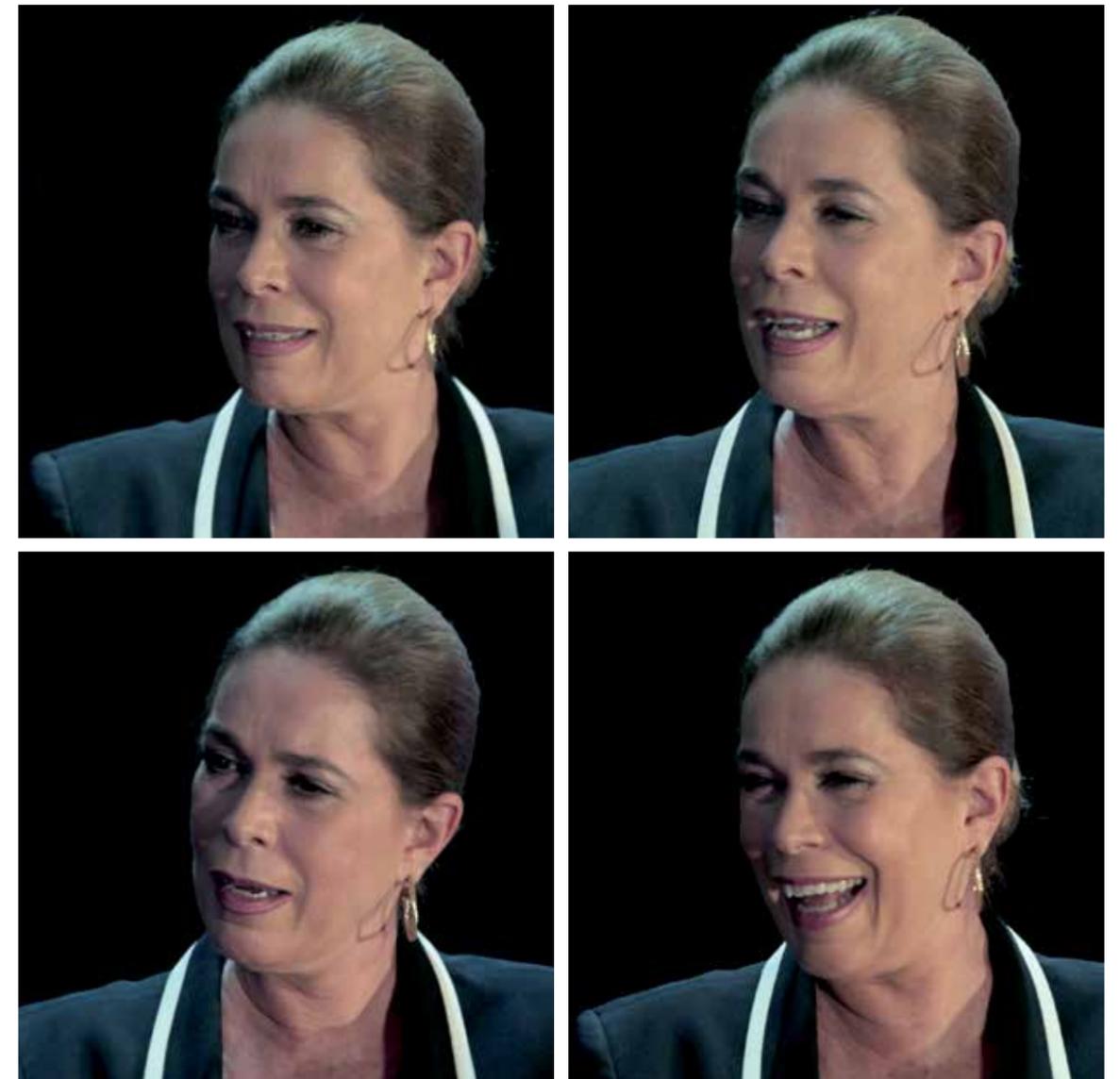
Sim, é o que há séculos está faltando neste País. Há, também, uma grande responsável, que é a televisão brasileira, um dos maiores males. É uma televisão de baixíssima qualidade, sem nenhum compromisso com a educação. Não existem

EM PÚBLICO, SOMOS LIBERAIS; EM PRIVADO, SOMOS PESSOAS REACIONÁRIAS, CONSERVADORAS

debates na televisão; nossas casas são invadidas diariamente por um lixo fabuloso, produzido em massa na forma de novelas, de programas grotescos. Acho até interessante assistir de vez em quando para medir o grau de subdesenvolvimento cultural no qual ainda estamos.

A TV brasileira regrediu?

Completamente. O indivíduo chega em casa, depois de oito horas de trabalho, duas horas de condução, um jantar frio, a mulher exausta e já tendo trabalhado dez horas por dia também, ele liga a televisão e o pior lixo que há é vomitado sobre ele. O sujeito guarda aquilo, pois é o que ele viu. E vai repetir o palavreado, vai repetir a maneira de se comunicar.



O FINANCIAMENTO EMPRESARIAL DA DEMOCRACIA OCUPA UM ESPAÇO QUE É DO CIDADÃO

EM NOSSO PAÍS, O VOTO É OBRIGATÓRIO. NO ENTANTO, DE ACORDO COM PESQUISA DE ABRIL DE 2014 DO INSTITUTO DATAFOLHA, 61% DOS ELEITORES BRASILEIROS SE DECLARARAM CONTRÁRIOS A COMPARECER COMPULSORIAMENTE ÀS URNAS. PARA NOS AJUDAR A ENTENDER E FALAR UM POUCO MAIS SOBRE A DEMOCRACIA BRASILEIRA, NO ANO DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL, CONVIDAMOS O MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI, QUE NAQUELE ANO ASSUMIU A PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista



Qual a sua opinião sobre a democracia brasileira?

O Brasil vem ampliando a sua participação popular. Na eleição de dezembro de 1945, para Presidência da República, 11% da população votava. Nas eleições de 2014, 71% dos habitantes do País estão aptos a votar. Num país de 200 milhões de habitantes, temos quase 143 milhões de eleitores. Em números absolutos, a democracia no Brasil vem,

Mas quem escolheu esses onze, quem escolheu esses três? Houve participação popular efetiva na escolha? Então, que democracia é essa?

O senhor é a favor da candidatura independente, sem vínculo partidário? É possível isso no Brasil?

Penso que temos que oxigenar a participação política da cidadania brasileira, principalmente em um mundo

com as novas plataformas de mídia, de imprensa, de comunicação. Hoje em dia você se comunica com qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo, online, imediatamente. Então, a participação política, a cada dois anos, a cada quatro anos, pa-

AS LEIS DO PLEBISCITO E DO REFERENDO DEVEM SER MODERNIZADAS PARA FACILITAR AS FORMAS DE REALIZAÇÃO DE AMBOS

cada vez mais, aumentando a participação da população no processo eleitoral. Mas democracia não é só o voto. Esse é o debate a ser feito. Na forma da Constituição de 1988, é uma democracia que também depende da intermediação dos partidos políticos. Para ser candidato, alguém tem que ser filiado a um partido político. E nós sabemos que, no Brasil, esses partidos políticos nem sempre são democráticos. Os partidos políticos nem sempre têm uma base popular, e essa intermediação, às vezes, não ocorre da maneira como seria desejada. Um exemplo concreto: para presidente da República, em outubro de 2014, existem registrados no Tribunal Superior Eleitoral onze candidatos. As pesquisas eleitorais indicam três em primeiro lugar, aí acima dos dois dígitos de intenção de votos. O cidadão tem o direito de escolher entre onze candidatos e dentre esses onze tem três com maior possibilidade de disputa.

rece algo que vai ficar cada vez mais para o passado. Temos que pensar em ser mais contemporâneos com as tecnologias. Por isso penso que um debate sobre a forma de indicação dos candidatos pelos partidos – que pode inclusive passar por candidatura avulsa, independente de partido político – pode ser algo interessante para oxigenar a democracia e a participação da cidadania no processo eleitoral.

O plebiscito ou outra forma de consulta popular poderiam ser dinamizadas?

Um plebiscito ou um referendo tem todo aquele processo de horário eleitoral gratuito, de discussões, de direito de resposta. É um custo muito grande. Precisamos, primeiro, modernizar a urna eletrônica. Hoje temos uma plataforma que, embora seja extremamente segura e eficaz, ainda é, vamos dizer assim, um trambolho. Temos que modernizar esses

equipamentos, ter uma maneira mais rápida e fácil de votar. E mais barata. As eleições gerais de 2014 custaram aos cofres públicos cerca de 700 milhões de reais. Dentro de uma eleição nacional, 143 milhões de eleitores, pode até não parecer vultoso, mas penso que podemos baratear isso. E dinamizar a participação popular com mais consultas, referendos, com a possibilidade do exercício de uma democracia direta. Qualquer plebiscito, qualquer referendo, tem as mesmas regras de uma eleição para a Presidência da República. Eu penso que o Congresso Nacional poderia encontrar uma maneira de dinamizar essas consultas. Hoje a urna eletrônica já é apta para se votar no prefeito ou vereador, também a comunidade local pode decidir outras coisas. É possível inserir decisões coletivas daquela comunidade. Numa eleição estadual, também a urna hoje já está apta a inserir, para o mesmo dia da votação, outras consultas. Quem convoca referendo e plebiscito não é a Justiça, isso é competência do Congresso Nacional do nosso País. Mas já estamos com tecnologias aptas a fazer isso simultaneamente à eleição. Agora, o desafio é criar uma condição mais barata para que isso possa ser feito não só na época de eleição ordinária, mas também em outros períodos, de acordo com o desejo da nação brasileira, expressada pelo seu Congresso Nacional.

Como ampliar a participação popular?

As leis do plebiscito e do referendo devem ser modernizadas para facilitar as formas de realização. Na Justiça Eleitoral brasileira estamos barateando o preço do voto. Agora, por outro lado, é necessário também que os partidos políticos e os parlamentares – os políticos de modo geral – estejam atentos ao fato de que a



OS PARTIDOS POLÍTICOS DO BRASIL HOJE SÃO APENAS UM INSTRUMENTAL PARA CHEGAR AO PODER

democracia, hoje, cada vez mais, demanda um contato com a população, com a cidadania. Um corte que existia na época da Guerra Fria era o corte ideológico, seja ele de direita ou esquerda. Hoje as discussões se dão de uma maneira mais transversal: o meio ambiente sustentável, a discussão relativa à determinada

região da cidade, ao esporte, ao agronegócio, aos trabalhadores de tal ou qual segmento. Ou seja, as relações hoje se dão de uma maneira muito mais complexa do que naquele mundo de 20 anos atrás, de direita *versus* esquerda. Não existem mais aqueles paradigmas fáceis, aquelas caixinhas em que você se encaixava e seguia um figurino.

O mundo hoje é mais complexo?

Sim, e a política tem que se atualizar, que se tornar apta a traduzir aquilo que esse mundo quer. Os protestos que ocorreram em junho de 2013 mostram um pouco disso: eu quero uma maneira de me expressar, não sei como e não me sinto representado. Os partidos políticos parecem que estão devendo muito em relação a isso. Eles hoje são apenas e tão somente um instrumental de acesso ao poder, porque para alguém disputar a eleição tem que estar num partido político. Mas não estão dando vazão a essa possibilidade de, através da atividade partidária, as pessoas expressarem suas vontades, seus desejos e sua atividade política.

Por que, segundo as pesquisas, a maioria do eleitorado brasileiro é contra a obrigatoriedade do voto?

É uma somatória de coisas: da desilusão com a política, da ideia de que a política é algo sujo – principalmente para as novas gerações –, que não tem solução, que é para pessoas mal intencionadas.

Das críticas que são feitas, das denúncias que a imprensa divulga. Tem que divulgar para evitar que coisas erradas perdurem, mas isso ocorre com uma conotação às vezes um tanto exagerada. E os partidos políticos não têm posição ideológica clara, até porque as ideologias se desmancharam no ar.

As coligações são uma prova disso?

Sim. Os partidos viraram um mercado de horário eleitoral gratuito, de acesso a fundo partidário. As pequenas agremiações, em geral, acabam como satélites de grandes partidos para fins de coligação: eu dou a você o tempo e você me elege um deputado que, sozinho, eu não conseguiria, mas coligado consigo. São vícios a serem repensados. Agora, em relação ao voto obrigatório, sou a favor. A participação política é um dever do cidadão – não um direito. Caso esse dever não seja cumprido, deve ser sancionado. Temos que incutir na pessoa, no cidadão, a ideia de que, se ele vive em comunidade, e se vive numa nação, ele tem obrigações com essa nação. A primeira obrigação é a de não se omitir. Quando alguém vota num determinado político, é responsável por ele. Se esse político é corrupto, a pessoa é responsável. As pessoas não podem ter aquela posição confortável de achar o seguinte: bem, eu não vou votar porque

nenhum presta, ninguém me representa. Essa pessoa, então, que tome uma atitude política, que saia e tente transformar a situação. A possibilidade de as pessoas se omitirem e lavarem as mãos é ruim para o ambiente político. Além disso, num país com grande desigualdade social e cultural como o nosso, o voto facultativo pode ensejar a compra de votos.

É preciso mais transparência?

Sim, como fizemos agora nas resoluções do TSE, para obrigar as campanhas eleitorais, na prestação de contas parcial, a identificarem os doadores. A primeira parcial, divulgada em 06 de agosto de 2014, está aí mostrando quem financia quem. O eleitor tem o direito de saber quem financia determinado candidato para, no momento de exercer o seu voto, avaliar se concorda ou não com o suporte dado por determinados grupos econômicos. Quanto mais transparência, melhor. O voto obrigatório leva à necessidade da pessoa se envolver com a política e se comprometer com a direção da Nação, do seu Estado, do Parlamento, do município. Eu já votei no Supremo Tribunal Federal pela proibição, pela inconstitucionalidade, pela ilegalidade do financiamento da democracia por empresas.

O senhor quer dizer financiamento de campanha?

Eu não gosto de falar “financiamento de campanha”, nem financiamento de candidatura. O conjunto é maior: é quem financia a democracia. Quem hoje financia a democracia no Brasil são grandes grupos econômicos e não o cidadão. O dono da soberania do voto é o eleitor. Mas os partidos vão atrás dos grandes grupos econômicos e se comprometem com eles. Agora, por que essas doações?

Pergunto aos empresários: qual é a empresa que tem no seu estatuto o objeto social de doar para determinada campanha política? Nenhuma. Não é papel das empresas, não é papel das pessoas jurídicas participarem da atividade política *stricto sensu*. Não que os sindicatos patronais e de empregados, as associações, as federações não tenham o direito de opinar, de dizer, de falar. Óbvio que têm – estamos numa democracia. Mas a contribuição financeira acaba ocupando um espaço que é do cidadão. Os partidos e as candidaturas, em vez de procurar o cidadão para doar, procuram as empresas. Pode ser um otimismo exagerado da minha parte, mas penso que sem dinheiro das empresas a cidadania fluirá melhor.

O senhor é a favor da reeleição para cargo executivo?

Em 1997, quando foi votado o primeiro turno da emenda constitucional da reeleição, eu era contrário. Depois cheguei à seguinte conclusão: um presidente da República sem a possibilidade de reeleição tem seu poder se esvaindo muito rapidamente. Quatro anos voam. Para um projeto político de nação, quatro anos é pouco, do ponto de vista do exercício simbólico do poder.

E um mandato um pouco maior, sem reeleição?

Na França são sete anos, o que é exagerado. A reeleição, com quatro anos e a possibilidade de mais quatro anos, tem se mostrado uma maneira de estabilidade democrática no Brasil. Antes da Constituição de 1988 não tivemos um presidente eleito sem crise. Todo presidente que era eleito, a primeira coisa que ele tinha que fazer era tentar sobreviver. Curiosamente, após a Constituição de

1988, o primeiro presidente eleito pelo voto, Fernando Collor de Mello, sofre *impeachment*. Todo presidente que é eleito corre um grande risco de cair. Depois do Collor veio o Itamar Franco; depois, o Fernando Henrique Cardoso. Qual era a palavra de ordem na oposição? A do PT na época era: “Fora, Fernando Henrique”. Uma ideia da não legitimidade de quem está no exercício do poder. Vem a reeleição, Fernando Henrique é reeleito, a oposição a ele chega ao poder e aí assume Luiz Inácio Lula da Silva, que quase cai no seu primeiro mandato com o processo deflagrado após as denúncias do Roberto Jefferson a respeito do mensalão, em 2005. Se não tivesse a possibilidade de reeleição, será que o Lula teria terminado o mandato? Essa é uma questão que se coloca.

É difícil governar o Brasil?

Vivemos numa federação. Somos uma composição de elites locais. São Estados e o Distrito Federal. Não existe uma elite nacional no Brasil. O Brasil não é um Estado composto unitariamente, de um único projeto de visão de mundo. Há disputas locais, guerra fiscal. Governar o Brasil é difícil, e a história mostra isso.

Por que as regras para os veículos de comunicação são diferentes em período eleitoral?

As pessoas confundem muito essas regras. Com o histórico que tenho de acompanhamento de eleições, de vivência seja como advogado ou, agora, como juiz, não me lembro de algum processo movido contra um programa humorístico. Isso não ocorreu – até por-

que, se um candidato move uma ação contra um programa humorístico, ele vai fazer com que o Brasil inteiro, com a divulgação dessa ação, fique sabendo daquele programa que talvez poucas pessoas tenham visto. Quem acaba imponto a censura, na verdade, é a própria

OS PARTIDOS E AS CANDIDATURAS, EM VEZ DE PROCURAR O CIDADÃO PARA DOAR, PROCURAM AS EMPRESAS

emissora. Se uma empresa de televisão receber a sanção de ficar fora do ar um dia, perde muito dinheiro. Ela passa a se autocensurar para não correr riscos. A Lei Eleitoral libera explicitamente os programas jornalísticos para a crítica. A emissora não pode fazer tratamento diferenciado em determinadas circunstâncias. Num grande telejornal, não se pode dar 20 minutos para um candidato e dar um minuto para o seu adversário empatado na pesquisa. Na verdade, são as próprias empresas que estabelecem regras rígidas internas, para evitar que eventualmente sofram sanção em razão do exagero de um funcionário.



O “COITADISMO” DO BRASILEIRO É UMA DEFESA NARCÍSICA

DEPOIS DAS ELEIÇÕES DE 2014 E DOS DEBATES INTENSOS – POR VEZES ATÉ EXAGERADOS –, CABE A PERGUNTA: O QUE SE ESPERA DO BRASIL A PARTIR DE AGORA? AS RESPOSTAS SÃO MUITAS, DADA A COMPLEXIDADE DA NAÇÃO QUE FORMAMOS. NAÇÃO? SOMOS UM COLETIVO OU APENAS UM CONJUNTO DE INDIVÍDUOS? TALVEZ ESSA MESMA PERGUNTA POSSA SER FEITA DE MODO DIFERENTE: O QUE ESPERAMOS DE NÓS MESMOS EM RELAÇÃO AO PAÍS? PARA QUE A VIDA AQUI MELHORE, O QUE DEVEMOS CONTINUAR FAZENDO? NO QUE AGIR DIFERENTE? ONDE ATUAR? COMO SE ENVOLVER? PARA ENTENDER O BRASIL DOS BRASILEIROS, O PSICANALISTA E PSIQUIATRA JORGE FORBES NOS GUIA PELAS BRUMAS DA PÓS-MODERNIDADE.



Acesse o aplicativo de QR Code pelo celular e assista à entrevista



Que país é esse que vamos herdar a partir de agora?

Acho que todos ficamos chocados com essa divisão vivida especialmente no segundo turno das eleições presidenciais [de 2014]. Fico me perguntando: por que tanta raiva, por que tanto ódio? Pessoas evitavam dizer em quem iriam votar, com medo de desencadear uma briga com um amigo. Eu penso da seguinte maneira: estamos vivendo uma nova época. Antes, as pessoas pensavam que seria possível chegar a uma verdade através do diálogo. O mundo anterior estabelecia padrões. Já a pós-modernidade não tem uma verdade – tem uma multiplicidade de verdades. É um mundo horizontal. Nele, temos que

que tem sentido para várias pessoas. Não tem uma significação única, é a base de um mesmo sentido com possibilidades interpretativas diferentes. Por isso toca um milhão, dois milhões, dez milhões, um bilhão de pessoas. A sociedade atual é muito mais de ressoar do que de raciocinar. As pessoas estão juntas não com a mesma necessidade de se compreender que no mundo anterior. Elas suportam estar juntas sem se compreender. De novo, para quem estiver achando difícil: a gente ama as pessoas e não compreende por que ama; as discussões de relacionamento nunca dão certo. O mesmo na relação com os filhos. É mais fácil explicar o desamor

SOMOS EMOCIONAIS, RESPONDEMOS AFETIVAMENTE, MAS AGRESSIVAMENTE TAMBÉM

do que o amor, não é verdade? O que eu quero dizer é que fizemos uma campanha dentro dos padrões do mundo moderno, numa sociedade, que é a brasileira, que avança para critérios da pós-modernidade. Agora, passadas as eleições, o

Brasil vai ter que se legitimar dentro da pós-modernidade, ou seja, vai ter que legitimar uma nova forma de fazer política.

É uma escolha?

É um testemunho pessoal. Diante dele, se a outra pessoa tenta convencer você do contrário, as reações são muito mais agressivas do que no tempo do diálogo. Na pós-modernidade as certezas se estruturam em monólogos articulados. Para quem achar complicado o que estou dizendo, é só lembrar do que é um viral. Um viral, na internet, é uma informação

Como se constrói agora algum consenso para focar problemas e buscar soluções?

Não acho que sejamos especialmente amáveis. Essa ideia foi valorizada por Sérgio Buarque de Holanda no “Raízes do Brasil”, quando utilizou a palavra cordial. Somos cordiais; o brasileiro fala com o coração, com a emoção. Mas nem sempre é uma emoção boazinha. Ou seja, somos emocionais, respondemos afetivamente, mas agressivamente também. O autor divide os países europeus entre aventureiros e tradicionais, no momento da fundação do Brasil. Os aventureiros seriam

Inglaterra, Espanha e Portugal. Nós somos herdeiros de uma sociedade aventureira, na qual é mais importante o nome que o sobrenome. Mais importante o que você está fazendo do que o seu passado, a sua tradição. Essa é a definição do Sérgio Buarque. Acho que bate até hoje, pois continuamos sendo pessoas que respondem por uma verdade subjetiva – somos sanguíneos, somos afetivos, no sentido geral do termo. Nossa discussão política recente foi tão forte quanto qualquer Fla-Flu, ou Corinthians *versus* Palmeiras. Foi na base da torcida engajada.

Como a violência dos estádios?

Vimos passeatas dos dois partidos com confronto físico, à semelhança das torcidas de futebol. E agora, passadas as eleições, o que vai acontecer? Eu não tenho tanto medo, pois, exatamente por essa nossa característica afetiva, o brasileiro se reposiciona com muita rapidez. Neste novo momento, em vez do governo de um partido, e de partidos maniqueístas, precisamos da coabitação das diferenças. Imagino que uma nova política de respeito, de legitimidade das diferenças acalmará o País e fará com que a gente possa ir para a frente.

Não há o risco da divisão aumentar?

Olha, vejo argentino saindo da Argentina, venezuelano saindo da Venezuela, e espanhol saindo da Espanha por causa das dificuldades econômicas. Mas não vejo brasileiro indo embora do Brasil. Tenho um monte de amigos que falam isso, mas continuam aí numa boa. Na formação da identidade do brasileiro, existe a inteligência da flexibilidade. O brasileiro não se leva muito a sério, e há um lado positivo nisso. A gente tem sabido ultrapassar todas as dificuldades, senão já teríamos ido para o brejo faz tempo.

O “coitadismo” é um problema?

Eu acho que está impregnado na identidade brasileira. Ser coitado é uma coisa narcisicamente muito protetora. O coitado é aquele que não fez o que deveria fazer porque alguém o impediu. Primeiro, é narcísico porque ele não fez. Segundo, não fez porque alguém o impediu. E, terceiro, ele diz para você: “Se eu tivesse feito, seria o máximo”. Potencialmente, é o máximo para ele mesmo e para os vizinhos. O brasileiro é craque nisso. Somos craques em chegar à alfândega e, frente a dez minutos de espera, dizer: “Ah, já cheguei ao Brasil”. Ou, diante de uma bobagem qualquer no trânsito: “Só aqui mesmo”. Como se essas coisas fossem típicas do Brasil. Não são. Típico é acharmos que essa é a realidade. É uma visão covarde, que deposita a nossa responsabilidade e o nosso futuro no outro deixar ou não deixar. Está na hora de descobriremos que essa história de coitado nada mais é que uma defesa narcísica, e de tomar o País em mãos.

Por que o brasileiro não se sente brasileiro?

É histórico, da nossa cultura. Vem da nossa fundação, quando se extraíam as riquezas para mandar para fora. As pessoas não tinham um sentimento de responsabilidade e de pertencimento ao território. Acredito que isso ficou mantido em nossa história por causa dessa culpabilidade narcísica, de se fazer de coitado, de deixar a responsabilidade para a Europa ou para a América do Norte, por serem os países líderes do mundo. Não dá mais – o mundo mudou. Primeiro, segundo e terceiro mundo são segmentações que não cabem mais, pois os valores são outros. Para azar dos coitados, o laço pós-moderno é melhor desenvolvido no Brasil que em qualquer outro país do mun-

do ocidental. Neste momento temos a imensa responsabilidade de explicar aos outros países como lidar com essas novas formas de viver quanto ao nascimento, ao trabalho, ao estudo, ao envelhecimento, à aposentadoria e à morte. O brasileiro abraçou a globalização, abraçou o modo de viver da pós-modernidade muito melhor que a sociedade tradicionalista europeia ou a sociedade americana. Nossa posição e nossa mestiçagem nos levaram a este lugar de vanguarda, sobre o qual não há mais como a gente se fazer de coitado, de cachorro vira-lata. Temos que legitimar e oferecer isso ao mundo.

Acabou o tempo de culpar o outro pelos nossos infortúnios?

Não dá mais para culpar o outro nem para pedir desculpas.

E essa subdivisão nova entre Norte e Nordeste, Sul e Sudeste?

É profundamente conveniente o Sul ficar dizendo que o nosso atraso é devido à diferença econômica com o Nordeste e o Nordeste culpar o Sul, dizendo que o atraso é devido ao roubo ou à apropriação indebita dos Estados do Sul. Não dá. Isso é uma bobagem. Se fosse realmente sério, não teríamos a convivência frequente que temos, iríamos a uma guerra civil. Acho que isso faz parte do nosso mecanismo de desculpa, nosso coitadismo, nossa mania de ser cachorro vira-lata.

Quais temas hoje são comuns a todo o Brasil?

São três grandes temas: segurança, educação e saúde. Vi uma pesquisa recente sobre as prioridades para o brasileiro: saú-

de, educação e segurança, nessa ordem. Achei interessante porque não foi primeiro a segurança. Há uma inteligência do povo ao colocar a segurança em terceiro lugar, dizendo que é uma consequência e não uma prioridade. Estamos acostu-

NÃO HÁ MAIS COMO A GENTE SE FAZER DE COITADO E DE CACHORRO VIRA-LATA

mados no Brasil a fazer uma política de quanto mais arma na mão de criminoso, mais arma na mão de polícia. Veja a chegada do Papa Francisco ao Rio de Janeiro. Ele ficou preso no congestionamento, mas ninguém se aproximou do carro. Não havia polícia, não havia segurança em frente àquela massa. Havia uns cinco ou seis seguranças, que jamais conseguiriam segurar se a massa resolvesse agredir ou roubar o Papa. Nada ocorreu. Por quê? Porque qualquer pessoa que ousasse fazer algo com o Papa naquele momento seria imediatamente criticada por todos os outros que estavam lá. Esse é o fenômeno da mudança do contexto violento para o contexto inibidor da violência. O brasileiro é bom nisso. Essa foi a política utilizada em Nova Iorque para combater o crime. Lá o crime não foi combatido pelo grande exemplo ou pela prisão dos Fernandinhos Beiramar da vida, nem pelas notáveis e escandalosas penitenciárias. Não; foi pelo cuidado dos pequenos detalhes e do seu contexto. A mudança do contexto leva à ridicularização da violência. Isso é alcançado por uma mudança educacional.



BORIS FAUSTO

A DITADURA TEVE APOIO DE SETORES PONDERÁVEIS DA POPULAÇÃO

A POLÍTICA PODE SER COMPREENDIDA DE FORMA DIFERENTE? A PERGUNTA VEM DEPOIS DE OITO ANOS DO PSDB E DOZE ANOS DO PT NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. COMO ERA A VIDA SOB A DITADURA MILITAR? A DEMOCRACIA DÁ CONTA DE RESOLVER OS PROBLEMAS DO PAÍS? O QUE SIGNIFICARAM AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013? O HISTORIADOR E CIENTISTA POLÍTICO BORIS FAUSTO DISCUTE ESSES TEMAS E APONTA CAMINHOS PARA A MANUTENÇÃO DAS LIBERDADES TÃO DURAMENTE CONQUISTADAS.



Accesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista

A política vai ser compreendida e praticada de forma diferente neste ano eleitoral?

O que vai ser concretizado é o voto, a escolha dos diferentes candidatos. Acho que o eleitor está mais orientado e mais desconfiado das técnicas de manipulação que ocorreram em situações passadas.

Quais são os problemas da democracia brasileira?

As reclamações são muitas, e creio que há uma série de problemas e restrições. Agora, é inegável que houve um período – para a história brasileira pode ser considerado um período relativamente longo – em que pelo menos tivemos escolhas livres do eleitor e transições. Sob esse aspecto, sobretudo, a democracia inegavelmente amadureceu.

As instituições brasileiras também? Elas têm independência?

Os problemas institucionais, a meu ver, são muitos. Temos um problema sério no Congresso, problemas na postura e nas atribuições do Executivo, e no Judiciário – para ficar nos três grandes Poderes. E há os problemas institucionais do Brasil, que são reais. Nesse campo houve avanços, mas também retrocessos. Acho que no Brasil há, em muitos terrenos, um preciosismo que acaba significando um retrocesso. Querem criar tantas leis, tantas exigências, tantas restrições para que o eleitor não seja influenciado indevidamente nesse período decisivo das eleições, que acaba-se impedindo que o eleitor receba uma informação mais livre.

Há uma tentativa de tutela da democracia por quem detém o poder?

Acho que a intenção não é de tutelar, mas em todo caso o resultado é uma es-

pécie de pretensão purismo – vamos impedir qualquer influência deletéria etc. E, sob esse aspecto, pressupõe-se um eleitor um pouco infantil, necessitado dessa tutela que você disse, tratado de forma infantilizada.

Numa perspectiva histórica, essas discussões paralelas estavam presentes lá atrás, quando se lutava pela democracia?

Não; acho que não. Isso não estava na agenda central, que era a luta pela democracia. Só essa luta já tomava corações e mentes – é uma frase batida, mas verdadeira. Então, tudo que veio depois realmente não estava no programa; pelo contrário, havia a ideia de que a democracia traria tudo. Havia uma ilusão democrática – e espero que me entendam – porque se imaginava que com a democracia teríamos tudo: a inflação terrível daqueles anos seria eliminada, e a transparência das contas seria quase que absoluta. Assim, havia essa ilusão de que a democracia poderia nos proporcionar até coisas que não estavam propriamente no campo dela. Mas isso não é privilégio nosso, porque aqui ao lado, na Argentina, tinha o presidente Raúl Alfonsín, respeitável sob todos os pontos de vista, que dizia a mesma coisa: que com a democracia tudo vem. Até no movimento das Diretas, que no Brasil talvez tenha sido o movimento mais impressionante de todos os tempos, havia um pouco essa ideia de que as desigualdades seriam reduzidas, a economia seria estabilizada e tal. Isso também facilita as decepções com a democracia.

A decepção atual ocorre por que gerou-se expectativas exageradas e até equivocadas?

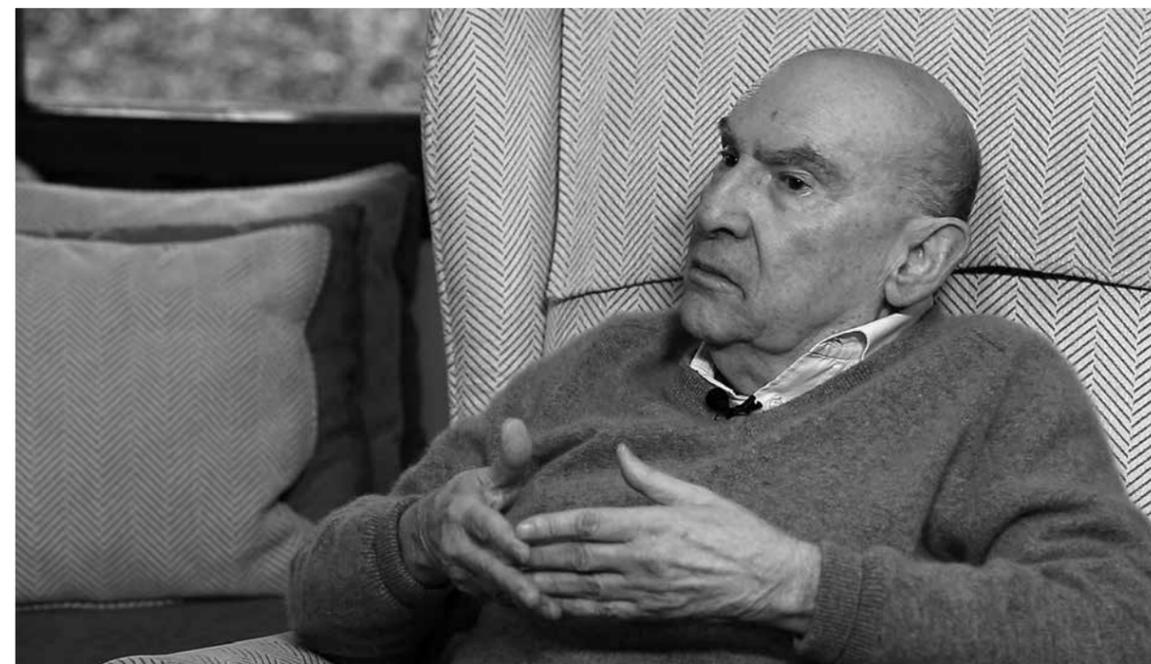
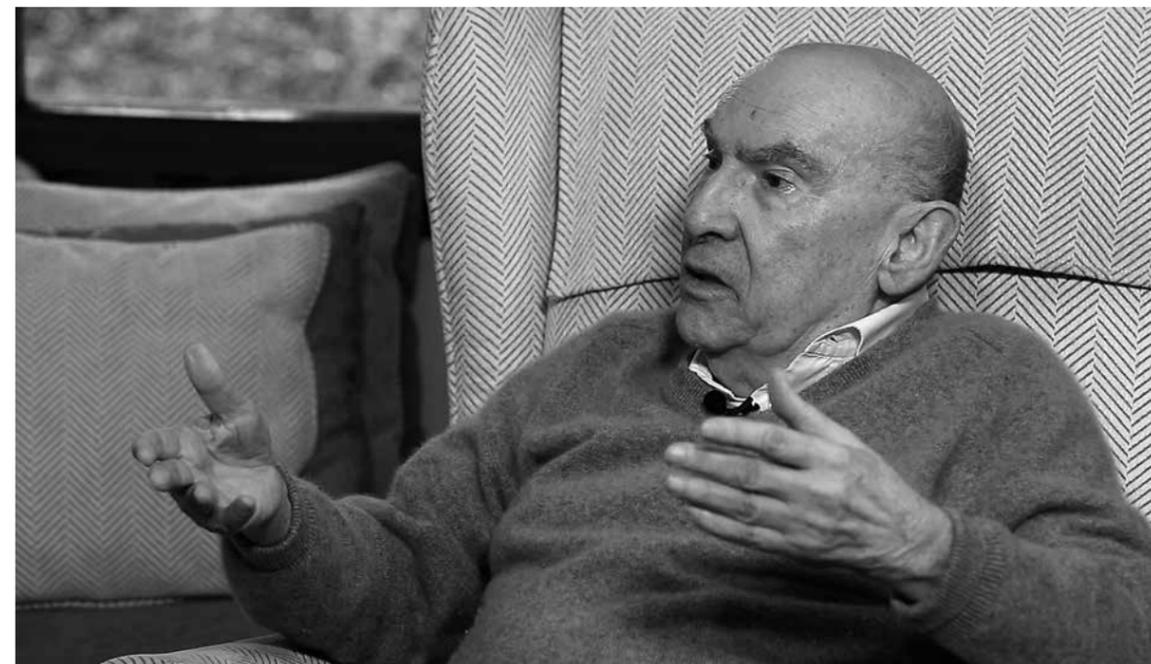
Acho que isso teve um bom papel, mas depois correu muita água. E apesar de estarmos falando que a democracia de certa forma amadureceu, os problemas que vieram juntos nesses anos todos prejudicaram muito a visão da população acerca do regime democrático. Acho que há outro elemento. A repressão no Brasil, no regime ditatorial, não atingiu a escala que atingiu na Argentina, no Uruguai, no Chile. Não estou dizendo que era uma

HAVIA UMA ILUSÃO: IMAGINAVA-SE QUE COM A DEMOCRACIA TERÍAMOS TUDO

ditadura branda. Estou dizendo que não atingiu a proporção desses outros países, não atingiu amplos setores que não fossem a intelectualidade ou o mundo político. Então, a população não tem muita ideia do que significava uma ditadura. E da parte da juventude, existe uma certa desvalorização da democracia. Uma das razões para isso é que eles não viveram outro período. E se você não viveu outro período, ou você reflete sobre isso, você se integra à discussão, ou terá a ideia de que, bem, a democracia é uma coisa natural, é mais ou menos como o ar que a gente respira, mais poluído, menos poluído.

Muita gente sofreu para que se chegasse a este ponto? Era muito pior?

Era muito pior, sem dúvida. Mas é bom que a gente abra a cabeça. No Brasil, dada a repressão seletiva, dada a organização relativamente baixa da população, houve períodos em que a ditadura teve prestígio. Isso é



inegável. O período do milagre econômico foi um período em que a ditadura teve sustentação, sim, da classe média – e, de uma forma mais vaga, até da população em geral. O País crescia a uma taxa muito alta, de certa forma as pessoas começavam a melhorar de vida. A catástrofe veio depois porque pagou-se por isso; o tempo do milagre acabou resultando em uma problemática enorme. Mas naquele período, se você não tivesse uma cabeça politizada, se não fosse atingido pela repressão, se não prezasse pela liberdade e pela democracia como o pão nosso de cada dia, a repulsa à ditadura era relativamente fraca. Eu diria que a ditadura, já estou repetindo, teve apoio inclusive de setores ponderáveis da população.

Na época do impeachment, dos escândalos do governo Collor, havia pessoas que queriam a volta dos militares, não é?

Não me lembro, para dizer a verdade. Eu acho que a ideia positiva do Exército, como instituição, permanece até hoje. Mas hoje a instituição militar não é mais formada por uma cúpula de torturadores. O problema é outro: é a hesitação em reconhecer os crimes que foram cometidos no período ditatorial. Reconhecê-los seria uma atitude que só engrandeceria as Forças Armadas.

O que o senhor acha da reforma política?

É desnecessário buscar outras fórmulas além das que já temos. Em vez disso, vamos enfatizar mais a participação de movimentos sociais; vamos tentar integrar diferentes organismos que venham de baixo para cima; não vamos criar mais instâncias e organizações que são falsas representações – na realidade, são instrumentos de bandos. Agora, como fazer isso, é um problema de todo mundo. Estamos num momento de crise par-

tidária, da democracia, que se junta a especificidades nossas. A gente não pode recuar nisso. Vamos ter que avançar.

O que o senhor achou das manifestações de junho de 2013?

Essa é uma questão que vai levar algum tempo para a gente saber como vai se desenrolar. Acho que as manifestações desse tipo vão continuar, porque elas expressam uma coisa que é real: a irritação da população com os problemas urbanos. Também é significativa a expressão de desconfiança dos partidos. Nas primeiras manifestações, os partidos foram praticamente escorraçados. Alguém pode dizer que isso é fascismo, mas não é, pois os partidos estão muito desmoralizados. E não é por acaso que durante um bom tempo – até entrarem os Black Blocs, que desviaram o movimento – grande parte da população apoiava as manifestações. Muitos apoiaram mesmo com transtornos sérios, como o fechamento da Avenida Paulista. Significava: esse pessoal está fazendo uma coisa que eu sinto, quem sabe eles vão realmente ajudar a resolver esses problemas. E havia cartazes que acho muito significativos, paternalistas ou não, que diziam: nós estamos na rua por vocês.

Havia ali um marketing poderoso e real. Mas não havia muito calo dolorido também? Pois os cartazes expressavam desejos muito diversos.

É. Ali tinha muito calo dolorido, os desejos eram muitos. Também não havia uma organização e isso é ruim, mas também é bom. Não havia uma organização que dissesse: vamos sair às ruas, as palavras de ordem são essas e não inventem outras porque vamos sair às ruas para fazer isso.

O velho Partido Comunista era um exemplo desse procedimento, que é, em geral, o procedimento dos partidos que têm massa e influência. Ali, não. Essa coisa que foi para a rua, o Movimento Passe Livre, entre outros, era uma coisa muito frouxa. Então cada um podia levar o seu cartazinho com alguma coisa que lhe dizia mais de perto. Só que a soma do que lhes dizia mais de perto acaba abarcando um leque de problemas reais. Um que grita contra a situa-

RECONHECER OS CRIMES SÓ ENGRANDECERIA AS FORÇAS ARMADAS

ção do transporte tem razão. Outro grupo que grita contra a situação da segurança tem razão. Foi um leque interessante.

O senhor acha que a gente conseguiria juntar milhões de pessoas na Avenida Paulista, num domingo, para reclamar da educação brasileira?

O fato de não ser assim mostra que o envolvimento é baixo. Ninguém quer “estragar” o seu domingo para ir à rua se manifestar. O tema da educação é essencial, mas ninguém sai à rua para exigir coisas muito vagas, tipo melhorar a educação e a instrução. Ninguém sairia por isso.

Precisa ter uma agenda objetiva?

A agenda objetiva não leva a massa para a rua. Quem leva a massa para a rua, atualmente? No feriado de primeiro de maio, vão por causa dos shows – aliás, a história do primeiro de maio é triste, que vai da luta ao brinde. Quem mais vai? Vão os evangélicos e os católicos. A religião mobiliza.



SAI MUITO CARO À SOCIEDADE BRASILEIRA O FINANCIAMENTO ELEITORAL PRIVADO

AS REFORMAS ESTRUTURAIS SÃO ASSUNTO CORRENTE NO BRASIL DESDE OS ANOS 1990. ALGUMAS CAMINHARAM, OUTRAS EVOLUÍRAM MUITO POUCO. A REFORMA POLÍTICA, CONSIDERADA UMA ESPÉCIE DE MÃE DE TODAS AS OUTRAS, É UMA DAS MAIS DISCUTIDAS. MUITAS SÃO AS QUESTÕES EM DEBATE NESSA REFORMA, COMO O VOTO OBRIGATÓRIO E O FINANCIAMENTO PÚBLICO OU PRIVADO DAS CAMPANHAS. O MINISTRO MARCO AURÉLIO MELLO, DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E EX-PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, TRAZ IMPORTANTE CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE.



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista

O que precisa mudar na legislação eleitoral?

Eu diria que precisamos, em um primeiro passo, avançar no campo cultural para que o eleitor perceba, ele próprio, a importância do voto. Em termos de legislação há muito o que fazer. Por que não discutir algo que já é a realidade? O voto, hoje, em última análise, é facultativo porque não podemos cogitar de obrigatoriedade quando alguém pode deixar de exercer esse direito inerente à cidadania e simplesmente pagar uma multa de dois reais.

O voto não é facultativo de direito, mas é de fato, então?

Exato. Outra coisa: há um contrassenso. Como posso admitir que algo seja ao mesmo tempo o exercício da cidadania, um direito do cidadão, e uma obrigação desse mesmo cidadão? Isso leva certos eleitores a comparecerem à urna aborrecidos, contrariados com o que estão fazendo, ou então a não darem simplesmente importância ao ato de votar.

O senhor é a favor ou contra o voto obrigatório?

Sou contra o voto obrigatório. Assim como sou a favor do financiamento estritamente público das campanhas políticas. Eu não posso conceber o que há nos dias atuais [2014].

Público estatal ou também do cidadão, que contribua como pessoa física?

Apenas contra o financiamento do Estado, a quem cabe providenciar a realização das eleições e o conhecimento do perfil dos candidatos. Hoje o financiamento é misto. Temos o privado, inclusive com pessoas jurídicas, que não são altruístas, doando e posteriormente recebendo o troco. Sai muito caro à sociedade brasileira. Al-

gumas empresas chegam a ser pressionadas a doarem e doam a vários candidatos. O financiamento deve ser público, como em parte já é. Por exemplo, horário de propaganda eleitoral gratuito. É gratuito? Não, todos nós pagamos o espaço que é ocupado pelos candidatos, porque as emissoras de rádio e TV se compensam quanto aos tributos devidos. E se compensam à larga.

O financiamento privado custa caro à sociedade?

Sim; como falei, não há, nesse campo, altruísmo. As importâncias são muito altas e sempre se busca uma contraprestação, que sai cara para a sociedade brasileira. Infelizmente começamos a julgar essa matéria – inclusive eu fugi à tradição, ao meio feito, antecipando o meu voto, como presidente do Tribunal Superior Eleitoral –, mas houve um pedido de vistas e não pudemos decidir o tema para estas eleições.

Como o senhor vê o empresário que doa para vários candidatos, com propostas em tese tão diferentes para o País?

Esse fenômeno das doações múltiplas respalda o que digo. O doador fica receoso de o donatário não ser eleito para o cargo. O que ele faz? Atua como se estivesse se defrontando com o Jogo do Bicho: ele cerca por todos os lados e doa a vários candidatos. Não há nenhuma ideologia, não há o interesse em ver um representante do segmento econômico no qual esteja a empresa.

Como o brasileiro pode evoluir na compreensão do processo eleitoral?

A nossa propaganda institucional, que vem da minha gestão, tem essa preocu-

CABE APENAS AO ESTADO PROVIDENCIAR O CONHECIMENTO DO PERFIL DOS CANDIDATOS

pação, tendo em vista a decepção dos cidadãos em geral com a política brasileira. Tanto que substituímos aquele refrão “Vem para a rua” por “Vem para a urna”. E estamos tentando sensibilizar o eleitor dizendo que o voto dele vale o Brasil.

Por que o senhor acha que houve essa decepção com o mundo político brasileiro?

Fato principal: o Congresso Nacional deve muito à sociedade brasileira, em termos de atuação. Até se diz que o Supremo vem substituindo o Congresso. Não é verdade, porque a nossa atuação é vinculada e partimos sempre do Direito posto pelos congressistas. Agora, precisamos avançar. Esse avanço passa necessariamente pela conscientização do eleitor. Ele precisa examinar o perfil daquele que praticará atos que interferirão na vida dele, eleitor, e sua respectiva família. Muitos não percebem isso.

Na reforma política, o senhor é favor do voto distrital?

Sou a favor, porque em tese o voto distrital permitirá um acompanhamento mais de perto do eleito, ou seja, daquele que mereceu o voto do eleitor. O que penso é que precisamos sair dessa apatia, mas parece que ainda vamos ter a inércia do Congresso Nacional em termos de reforma política por muito tempo, assim como também tarda uma reforma tributária que simplifique a vida do brasileiro.





O Estado deve estar mais próximo do cidadão?

Exato. Para um engajamento maior das pessoas, elas precisam se sentir participes na grande obra que é o Brasil sonhado, o Brasil de amanhã.

Para aumentar a participação poderia haver candidaturas independentes?

Sem dúvida alguma. A convenção para escolha dos candidatos é algo fechado, chega a ser pernicioso. Por exemplo: sabemos que o gênero feminino no Brasil é maioria. Houve necessidade de uma lei prevendo que não se pode ter mais do que 70% dos candidatos de um certo gênero. O que

O VOTO DISTRITAL PERMITE ACOMPANHAR O ELEITO MAIS DE PERTO

ocorre? As mulheres, às vezes, são pinçadas nas convenções apenas para figuração, não em termos de candidatura realmente, para valer. Por isso é que, no cenário mundial, estamos numa colocação vergonhosa, em termos de participação feminina na política. Somos o 158º no mundo, inclusive atrás de alguns países muçulmanos.

A reforma político-eleitoral é a mais importante?

Sim, porque as demais mudanças dependem substancialmente dos nossos representantes. Agora, vou voltar à tecla inicial: tudo passa por um avanço cultural que pressupõe educação, mas educação em seu sentido maior.

Por que a Justiça é tão morosa no País?

A demora, sem dúvida alguma, decorre da sobrecarga de processos. Não é aceitável,

por exemplo, que, com a responsabilidade que tem o Supremo, cada integrante receba, por semana, uma média de cem processos. Eu até brinco e digo: não sou mais operador do Direito, sou estivador do Direito. Há uma garantia constitucional de acesso ao Judiciário para afastar lesão a direito ou ameaça de lesão a direito. Temos uma parafernália de recursos.

A Advocacia-Geral da União não tem a prática de recorrer *ad infinitum* em qualquer processo?

Não. A Advocacia, até certo ponto, racionalizou os trabalhos orientando os advogados da União a não interporem recursos meramente protelatórios. Agora, alguma coisa de errado existe. O Estado está em mais de 50% dos processos em curso. Precisamos aí de uma mudança de postura do Estado, que deve reconhecer o direito do cidadão e não se valer de uma posição de força, de sua infraestrutura jurídica, que alimenta esse grande número de processos.

O que é preciso para tentar diminuir esse mar de litigantes que temos no País?

O Estado aposta até mesmo na morosidade da Justiça para evitar problemas de caixa. Ele sabe que o preceito é inconstitucional, mas o aciona, visando cobrar o tributo. Conta-se que uma vez um assessor entrou no gabinete de um ministro da Fazenda para propor um projeto de lei. O ministro indagou qual seria a percentagem de inconstitucionalidade. Resposta: cerca de 30%. Naquela época apenas 30% dos cidadãos iriam em juízo reclamar o direito. Isso é folclore, mas revela a postura que o Estado adota. Quantas e quantas vezes declaramos aqui a incons-

titucionalidade de preceitos versando tributos? Será que não houve o exame, pela assessoria, no Executivo? Será que as comissões de Constituição e Justiça das Casas Legislativas atuaram como deveriam atuar? A resposta é negativa.

Fale sobre a questão dos embargos no processo do Mensalão.

Olha, a interpretação é um ato de vontade. Mas é um ato de vontade que tem uma finalidade. No caso concreto, se o STF não tivesse sofrido uma modificação no preenchimento das cadeiras, teria havido, como houve, a insistência na admissibilidade dos embargos? A resposta é não. E se acabou, no julgamento dos embargos, dando o dito pelo não dito. E tivemos, por exemplo, a absolvição quanto a um crime que não é grave em si pela pena imposta, mas pelo significado, que é o crime de quadrilha. O resultado foi o regime semiaberto que, pela jurisprudência pacificada, leva ao trabalho externo e ao regime aberto.

A sensação que fica é a de que quem paga grandes advogados consegue coisas que a maioria da população jamais conseguirá.

Lamentavelmente é esta a visão do cidadão: de que os réus foram beneficiados porque teriam grandes profissionais da advocacia a defendê-los. Não sei se, talvez, pudéssemos ter sido um pouco mais rigorosos, principalmente sob esse ângulo do regime de cumprimento das penas. Mas a sensação que fica é essa, ou seja, que no caso a decisão não foi afinada com o ordenamento jurídico.

SERVIÇOS PÚBLICOS QUALIFICADOS DARIAM MAIS PESO À NOSSA DEMOCRACIA

A PALAVRA MUDANÇA BALIZA O DISCURSO DE TODOS OS CANDIDATOS, NA TENTATIVA DE RECONQUISTAR A CREDIBILIDADE DA POLÍTICA, ABALADA PELA DISTÂNCIA ENTRE A REALIDADE E OS ANSEIOS DA SOCIEDADE. A CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E A ESPETACULARIZAÇÃO DO MARKETING ELEITORAL SÃO ASSUNTOS PARA O CONSULTOR POLÍTICO E DE COMUNICAÇÃO GAUDÊNCIO TORQUATO, PARA QUEM AS ELEIÇÕES DE 2014 PODEM TER SIDO AS ÚLTIMAS COM O ATUAL FORMATO.



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista



Como o senhor avalia a campanha eleitoral de 2014?

Estamos vendo o Brasil ensaiar uma democracia direta com esses movimentos de rua, que começaram desde o ano passado [2013]. Então, estamos percebendo que essa campanha é singular no sentido participativo, no sentido crítico, no sentido da disputa, particularmente no sentido de se chegar a respostas. Vamos continuar com a situação que aí está ou vamos mudar? A palavra mudança, como você sabe, tem

tanto que os índices de credibilidade dos políticos estão lá embaixo, no buraco. Em função desse afastamento, uma miríade de entidades – sindicatos, federações, associações, movimentos, clubes e núcleos, essa organicidade social, enfim – constitui uma força centrípeta. Ela empurra, como uma onda, o poder centrífugo, do Executivo e do Legislativo. A sociedade está empurrando a política. Ela está adiante; a política está atrasada. Daí porque acredito que na próxima legislatura, seja quem for

A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA VAI TER QUE SE SUBMETER AO CRIVO SOCIAL

balizado os discursos de todos os candidatos. Cada um promete uma mudança a seu feitio. A pergunta é: qual deles realmente tem condições de fazer as reformas que o Brasil precisa?

O senhor acha que vai haver uma mudança na relação entre o poder e a sociedade?

Sem dúvida. Acho que vamos passar, necessariamente, por algumas mudanças. E até me arrisco a dizer que esta será a última campanha que o Brasil faz com essa modelagem tradicional de financiamento privado de campanha, com parcerias completamente exóticas. Partidos que brigam na área federal, mas se juntam na estadual. Enfim, modelos de campanha completamente ultrapassados, como esses discursos autoglorificantes do programa eleitoral. Vamos ter que passar por essas reformas, que vão mudar a política, a economia, a cultura... Vivenciamos uma crise na democracia representativa. A esfera política tem se afastado da sociedade,

o governante, seja quem for eleito para o Senado e para a Câmara Federal, a representação política vai ter que se submeter ao crivo social, pois a sociedade brasileira está dando demonstrações de muita força, de muita vontade. Não temos condição mais de continuar no velho modelo. Acredito, sim, em reformas fundamentais para mudar os costumes políticos e culturais.

O marketing político vai perder espaço?

Estamos vivenciando uma mudança fundamental no que chamo de processo de espetacularização do marketing político. Que espetacularização é essa? É a glorificação dos perfis nos programas, as tintas que são colocadas no edifício eleitoral. É como se todos os candidatos fossem deuses chegando à Terra. Nesta campanha já se observa que o conteúdo, a semântica, vai se sobrepor à estética. O discurso central, a proposta terá mais importância do que a coisa bonitinha, espetacular, lacrimosa, de candidatos beijando crianças. Esse marketing, na minha visão, está começando a ser eliminado, remodelado em favor de propostas sérias, factíveis. O eleitor brasileiro, hoje mais crítico, percebe quando há uma firula, um drible, quando a pessoa promete gato no lugar

de lebre. O eleitor não entra mais nessa onda. Daí porque esse marketing da espetacularização, na minha visão, não terá tanta chance quanto teve no passado.

Que nível de democracia o Brasil tem hoje?

É preciso analisar essa questão sob diversos ângulos. A democracia representativa vive uma crise em todo o mundo, não apenas no Brasil. Quais fundamentos amparam essa tese? O declínio dos parlamentos, as promessas não cumpridas pela democracia na área da educação para a cidadania, segurança coletiva, eliminação do poder invisível, das máfias que corrompem as administrações. Vivemos uma democracia no aspecto das liberdades, da associação, dos partidos políticos. Mas no aspecto da igualdade social, temos ainda grandes deficiências. A democracia brasileira precisa se voltar, hoje, para a gestão pública no sentido da melhoria dos serviços. Se tivéssemos serviços mais qualificados na área da saúde, da educação, da segurança pública, da mobilidade urbana, nossa democracia ganharia mais peso.

A percepção, inclusive de brasilidade, seria melhor?

Sim. A autoestima estaria mais elevada, a harmonia social seria mais completa – o que chamo de Produto Nacional Bruto da Felicidade (PNBF). Trata-se de um amálgama, uma mistura de tranquilidade, de escolas boas, bem qualificadas, próximas às casas dos alunos, transporte coletivo bom e barato, segurança, as pessoas poderem circular a qualquer hora do dia, sem medo. Mas hoje vivemos sob a sombra do medo, da violência, sob a deterioração dos serviços públicos. Esses problemas desgastam a democracia. As reformas têm que ser feitas em todas as

áreas. Claro que não vamos esperar dos governantes uma remodelagem da noite para o dia, mas temos que trabalhar no sentido da qualificação. Não precisamos criar mais escolas e sim melhorar o aparato que aí está. Melhorar a estrutura social hoje existente, colocar qualidade na estrutura física dos equipamentos a serviço da administração pública.

Durante a campanha eleitoral, vive-se um período de exceção?

A modelagem que temos é artificial. Ela propicia que os candidatos façam autologios, autoglorificação, e isso engabela o eleitor. Seria mais interessante que a programação eleitoral fosse completamente destinada a debates sobre temas como saúde, segurança pública e mobilidade urbana. Seria muito mais legítimo, porque é a maneira do eleitor perceber a verdade de cada candidato, o preparo e a experiência de cada um, sem esse marketing espetaculoso que vemos aí.

O senhor é a favor do voto distrital?

Sou a favor, sim. Há uma tendência do eleitor votar em um candidato que lhe seja mais próximo. A micropolítica, das pequenas coisas, está avançando na sociedade e pressiona o poder central. Os eleitores reunidos em categorias profissionais, nas suas regiões, passam a reivindicar seus pleitos. As demandas específicas são encaminhadas depois ao poder político. Então, há hoje a necessidade de se votar de acordo com as demandas de uma região, de um bairro, de uma categoria profissional. Significa um compromisso mais estreito entre o eleitor e o candidato. Percebe-se isso no Brasil. Nos últimos anos o eleitor tem se acostumado a votar no candidato que atenda mais rapidamente e de maneira

plena as suas demandas, o que converge para o conceito do voto distrital. Se não quisermos adotar o voto distrital puro, que se adote a mecânica do voto distrital misto, com parte da representação eleita pelo voto distrital, e, outra, pelo voto proporcional.

O senhor acabaria com a reeleição?

Se tivéssemos partidos programáticos, sem excrescências como a figura do senador suplente, sem as coligações proporcionais que permitem que candidatos com 200 votos sejam eleitos, e candidatos com 100 mil votos não o sejam. Se tivéssemos regras mais transparentes, mais claras, mais sérias, os partidos se conformariam com mandatos presidenciais de cinco anos, sem reeleição. O problema é que a reeleição, hoje, propicia, uma vantagem para quem já está no poder.

Mesmo dentro da lei?

Sim. São 30 mil cargos de confiança nas assessorias, nas empresas estatais. Você acha que esse pessoal não gostaria de continuar? Esse contingente que trabalha nas máquinas administrativas em todos os níveis do governo funciona como uma espécie de cabo eleitoral indireto, para defender o governante que está ali.

Não se poderia diminuir os cargos de confiança? Como fazer isso? Qual o modelo ideal?

O parlamentarismo. No parlamentarismo temos um corpo técnico imutável. Muda-se a cúpula, o comando é transferido, mas a parte técnica continua. No presidencialismo, de caráter absolutista como temos, o que vale é o poder da caneta.

Apesar da divisão tripartite de poderes, o presidente da República é muito mais importante do que os presidentes do Supremo ou do Congresso?

Muito mais, porque é ele que detém o poder da caneta mais cheia de tinta. O Executivo hoje, de certa forma, controla o poder Legislativo e tem influência sobre o Judiciário, mesmo que os juizes não possam ser demitidos. No STF eles são imutáveis nas suas funções, não podem ser transferidos, mas são nomeados pelo pre-

O PATRIMONIALISMO GEROU O FISIOLÓGISMO, O MANDONISMO, O FAMILISMO E O GRUPISMO

sidente da República. Essa tradição presidencialista também é herança da cultura ibérica; temos isso desde a colonização, o poder dos donatários. Quando Dom João III, em 1534, criou as 14 capitanias hereditárias e distribuiu aos seus amigos donatários, estava repartindo o poder político. Hoje vemos no Brasil capitanias hereditárias que são comandadas por famílias em algumas regiões. Aí temos a grande árvore do patrimonialismo, que deu seus frutos. Patrimonialismo, para explicar melhor, é a apropriação do espaço público pelo privado. As pessoas, quando são eleitas, pensam que o mandato pertence a elas e não ao povo que as elegeu. O patrimonialismo gerou o fisiologismo, o mandonismo, o familismo e o grupismo. Esses frutos estão aí, impregnando os nossos costumes políticos ainda hoje.



NO BRASIL SE ACHA MUITO, SE LÊ POUCO E NÃO SE PESQUISA NADA

O BRASIL JÁ TEVE AS MAIS VARIADAS DEFINIÇÕES INTERNACIONAIS, COMO O PAÍS DO FUTURO E BELÍNDIA, POR SUA MESCLA ENTRE O ARCAICO E O MODERNO, COM UM PÉ NO PRIMEIRO MUNDO E OUTRO NO TERCEIRO. DE ONDE VIEMOS? PARA ONDE VAMOS? FÁBIO BARBOSA, PRESIDENTE EXECUTIVO DA ABRIL MÍDIA [ATÉ 2015], ANALISA A REALIDADE BRASILEIRA, SUA EVOLUÇÃO E AS PERSPECTIVAS DE SUPERARMOS DEFINITIVAMENTE AS CAUSAS DE NOSSO RELATIVO ATRASO.



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista



ESTAMOS NO MUNDO DO "E", NÃO DO "OU". FAZER UMA COISA OU OUTRA É FÁCIL

Qual o nível do seu orgulho de ser brasileiro?

O mais alto possível. Morei no exterior durante anos, como estudante e profissional. Trabalhava na Nestlé, uma grande escola para mim, na Suíça. Acabei saindo, vim para o Brasil e entrei no mercado financeiro. Já que trabalhava em finanças, por que não trabalhar em banco? Trabalhei, resumidamente, no City Bank e no ABN, que virou Banco Real e, depois, Santander. Quando as

é muito importante. Acho que existem dilemas verdadeiros, mas a maior parte são falsos. Muita coisa pode ser feita sem necessidade de paralisar a economia ou mesmo um setor. Falava-se que as empresas que olham para o meio ambiente têm um custo maior e, portanto, um resultado menor. No Banco Real, quando eu estava lá, criamos um fundo que até hoje tem uma performance muito boa e só investe em empresas com boa governança

corporativa. A princípio, alguns achavam que esse fundo renderia menos. Isso não se provou verdadeiro. Essas empresas são mais rentáveis porque gastam menos água, menos energia,

reciclam materiais. Minha contribuição é essa: falsos dilemas podem ser colocados de lado e a gente pode trabalhar no mundo do "e" e do "sim".

Por que existem os falsos dilemas?

Por que existem os falsos dilemas?

Acho que tem muito preconceito, ideias já definidas. O sogro do meu irmão completou 100 anos. Um sábio. Ele fala uma coisa muito interessante: no Brasil se acha muito, se lê pouco e não se pesquisa nada. As pessoas não sabem nem do que estão falando, mas já têm a ideia formada. Temos um déficit de educação muito importante, o que leva as pessoas, em geral, como hábito, a falarem sobre qualquer assunto, ainda que não tenham condições de opinar numa ou noutra direção. A nossa sociedade tem um traço cultural mais superficial, o que vai demorar para mudar.

Muita gente já começou a perceber isso ou ainda não?

Acho que pouquíssimos. É uma questão de imagem junto ao grupo de amigos,

vaidade, um extremo de autoestima que se quer manter.

No quesito educação, mesmo o pós-graduado não consegue compreender melhor o assunto antes de discutir?

Tem dois aspectos. Vou deixar o educacional para um segundo plano e falar do primeiro. Qual é o papel de uma sociedade, de um governo, de um Estado? Tenho uma definição simples, certamente imprecisa, mas que me ajuda muito: é dar oportunidade para que cada cidadão possa lutar por uma vida digna. O problema não é a desigualdade de renda no Brasil e sim a razão pela qual nós a temos, que é a falta de acesso à educação de qualidade para todos os cidadãos. Se todo mundo tivesse acesso a uma educação de qualidade, a desigualdade de renda não me preocuparia porque ela seria fruto de um esforço adicional, de um talento, de sorte. Esse é o maior problema. Que sociedade é essa que há 500 anos marginaliza parte dos seus cidadãos e não dá a eles a chance de lutar por uma vida digna? É óbvio que é uma luta desigual. Tive acesso a uma boa educação, mas uma pessoa que não teve não conseguiria condições de lutar com as mesmas armas que estavam à minha disposição. Com relação às pessoas que tiveram acesso à educação e talvez sejam superficiais, vou pegar um ângulo ligeiramente diferente, onde o meu desapontamento é maior. Acho que a falta de consciência de cidadania existe mesmo nos cidadãos de maior nível educacional, seja com relação a cumprir normas de trânsito, normas tributárias, andar na contramão, com relação a produtos piratas. A falta de patriotismo, de cidadania, está em todos os níveis sociais. As pessoas precisam se conscientizar do papel que lhes cabe na

construção de uma sociedade. Não é o governo que constrói; somos nós, no dia a dia.

O senhor está falando de uma crise de individualismo no Brasil?

Isso é muito de nossa sociedade, somos individualistas. Estamos, neste momento, numa crise de água, um problema sério. Todos os dias consta nos jornais a falta de chuva, o problema da Cantareira, a falta de abastecimento, e ainda assim cruzo com pessoas que lavam o carro, lavam a calçada, ou alguém que me dizia, outro dia, que molha o jardim à noite para ninguém ver.

Esse é o esperto, não?

Que país é este? É um ato de esperteza. O sentimento de cidadania, sou otimista, está vindo; acho que os jovens são melhores do que nós. Brinco que se minha geração não deixou um Brasil melhor para os nossos jovens, deixamos filhos melhores para o nosso Brasil. Eles são mais conscientes da questão ambiental, social, da transparência e da ética. Vejo uma evolução acontecendo. Meu pai fumava e jogava o maço de cigarros na rua. Eu nunca joguei. A minha filha bate em alguém que porventura jogue um papel na rua. Tem uma evolução. Os mais velhos lembram: tinha papel na rua, todo mundo jogava, tomava o refrigerante e jogava a latinha pela janela. Isso não acontece mais. Os jovens se revoltam contra quem faça.

O Brasil ainda é um país em busca de sua identidade?

Outras sociedades conquistaram os seus direitos. Constituíram um Estado que limitou o poder do governante. Em sociedades como a nossa, o Estado foi dado antes de o cidadão ter noção do direito pelo qual

poderia lutar. Isso tirou a ideia da conquista, de que o governante está lá a seu serviço. Nos Estados Unidos, todo mundo é servidor público e se fala da administração Obama. Aqui o cara é autoridade e a gente fala governo Fernando Henrique Cardoso, governo Lula, governo Dilma, mas é o governo. Quer dizer, é de cima para baixo. Esse sentimento de que somos o Estado não está presente aqui nem em muitos dos nossos vizinhos na América Latina, por causa da maneira como foram constituídas essas sociedades.

Quais as medidas educacionais para tentar diminuir essa diferença?

Primeiro, acho que a gente nunca deu o foco devido à questão da educação. Isso é um problema histórico do Brasil. Nunca foi prioridade. É uma sociedade cruel, que marginaliza um terço dos seus cidadãos sem dar a eles oportunidade de acesso à educação de qualidade. Se o problema é este, vamos começar na base. Praticamente todo mundo está na escola, mas precisa melhorar a qualidade, trabalhar o professor, o sistema de remuneração e de avaliação. Estou envolvido com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, trabalhando para ver como poderemos melhorar. É um projeto de longo prazo, mas tem que ser prioridade: escola em período integral, professores bem remunerados, uma avaliação por meritocracia, em que os mais comprometidos ganhem mais. O fator que mais impacta a educação é o professor. Hoje, pouca gente quer ser professor. Estamos trabalhando nisso. Demora, mas tem que ser prioridade. A Coreia fez mais recentemente, o Japão fez lá atrás, e veja o impacto que isso teve

em suas sociedades. Aí, sim, diminuindo a questão da desigualdade de renda. Não com curativos, que têm o seu mérito – Bolsa Família e afins têm o seu papel na sociedade, pois neste momento temos que remediar –, mas com a verdadeira cura, que virá no dia em que todo mundo tiver acesso à educação de qualidade.

Se as pessoas não compreenderem a demora, o projeto naufraga.

Vejo com otimismo sinais de que vários políticos estão entendendo isso, que demora, mas não há outro caminho. Sei que no Estado do Ceará também se fez um trabalho maravilhoso. Outro dia alguém me chamou a atenção para o número de cearenses que estão no ITA, uma faculdade de engenharia de primeiríssi-

SE O PROBLEMA É O ACESSO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, VAMOS COMEÇAR NA BASE

ma linha. Pernambuco está fazendo, Minas Gerais, São Paulo. Tem governantes que estão entendendo que é uma questão de processo, de gestão. A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo tem centenas de milhares de funcionários, é uma das maiores empresas do mundo, fora os aposentados. Como se trabalha, se avalia, seleciona, remunera, como se promove e se distribui a logística? É uma loucura. Agora está caindo a ficha – tanto que em vários estados consultorias especializadas estão dizendo como fazer. Demora muitos anos, mas estamos indo na direção certa.



O ASSISTENCIALISMO AJUDA, MAS NÃO PODE SER UMA MULETA ETERNA

NÃO HÁ UM ÚNICO PAÍS NO MUNDO QUE NÃO TENHA ADOTADO POLÍTICAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA QUE COMPLEMENTAM A INCLUSÃO SOCIAL. DESTA, SE FALOU MUITO NA CAMPANHA ELEITORAL [DE 2014]; DA OUTRA, MUITO POUCO. COMO AUMENTAR A PRODUTIVIDADE DAS PESSOAS POR MEIO DE ENSINO E EMPREENDEDORISMO É O TEMA DESENVOLVIDO PELO ECONOMISTA ROBERTO LUIS TROSTER, QUE CONSIDERA O ESTADO BRASILEIRO LENIENTE COM A INFORMALIDADE NA ECONOMIA.



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista



O que é inclusão produtiva e no que difere da inclusão social?

São duas coisas que se complementam. Inclusão social pode ser aporte para inclusão produtiva, que significa aumentar a produtividade dos cidadãos por meio de ensino e empreendedorismo, por exemplo. Um exemplo muito típico que gosto de usar é o do camelô: é uma pessoa que compra e vende, é um

to aumentava, a concentração de renda aumentava também. Num segundo momento, à medida que a renda aumentava, a concentração diminuía. Começou-se a estudar esse fenômeno. A conclusão a que se chegou – isso se viu em todos os países estudados – foi que em determinados momentos os setores mais dinâmicos da economia começavam a incorporar os outros, treinando, preparando para trabalhar, ou

em operações de suporte. Veja o exemplo do camelô, ou de alguém que vende comida na rua. Tem aqueles que vendem ilegalmente e os que não. Se for legalizado, você terá todas as condições de saneamento. A um custo baixo, você incluirá

O ESTADO NÃO FAZ NENHUM ESFORÇO PARA QUE AS PESSOAS POSSAM SE LEGALIZAR

comerciante, mas é ilegal – não emite nota fiscal, não recolhe imposto, não tem alvará. É preciso incluí-lo produtivamente ou treiná-lo para uma profissão. É um desafio. Nesse sentido, incluir produtivamente é fazer com que todo mundo consiga produzir mais, especialmente os que hoje estão vivendo à margem da sociedade.

É melhor ter esse cidadão trabalhando legalizado do que ele depender de algum serviço do Estado para sobreviver.

Exatamente. Ele produz. Se ele só tem o serviço social, alguém está pagando por ele. Para sair da miséria, a ajuda do Estado é necessária para dar os primeiros passos. O Estado dá muletas à pessoa, assistência social, até ela poder andar com as pernas próprias. Não podemos deixá-la com a muleta para o resto da vida. Tem um estudo interessante, que se chama “O invertido”. Observou-se uma regularidade estatística entre concentração de renda e crescimento. À medida que o crescimen-

to aumentava, a concentração de renda aumentava também. Num segundo momento, à medida que a renda aumentava, a concentração diminuía. Começou-se a estudar esse fenômeno. A conclusão a que se chegou – isso se viu em todos os países estudados – foi que em determinados momentos os setores mais dinâmicos da economia começavam a incorporar os outros, treinando, preparando para trabalhar, ou

Por quê?

Por causa de uma coisa chamada assistencialismo dependente. As pessoas acabam dependentes, tuteladas. Por outro lado, tem o esquema de corrupção. Trabalhei muitos anos no centro e na hora do almoço passava em ruas com muitos camelôs. Uma coisa interessante, até bonita, é ver a dinâmica deles quando vem o fiscal – como eles se escondem, entram em bar, sobem escadas, desaparecem rapidamente. Agora, uma das cenas mais dolorosas a que assisti foi quando um desses camelôs foi pego, o desespero dele. Imagina o pai de família, que arruma dinheiro emprestado dos vizinhos para vender as coisas e perde tudo no rapa. O que ele faz? É o caso de pensarmos como fazer dele, fácil e rapidamente, um microempresário pagando um pouco de imposto para não

ter que pagar suborno aos fiscais. O governo ganharia mais, a sociedade como um todo se beneficiaria.

Como diminuir a burocracia para que um negócio pequeno possa se legalizar?

Esse diálogo eu tive com um finlandês. Perguntei: “Como se abre uma empresa na Finlândia?”. Ele disse que você vai ao escritório, preenche a ficha... Insisti: “E daí?”. Ele respondeu: “Como, daí? Está aberta a empresa!”. Aqui, se você vai abrir uma empresa, apresenta documentos, tem um número para o seu RG, outro para o CPF, outro para o título de eleitor, outro para o PIS. São todos números diferentes. Por que não poderia ser um número só, um número que me identifique, da certidão de nascimento até o óbito? Eu seria esse número. Não haveria problema de homônimo. Para abrir empresa, a mesma coisa. Haveria só um número. Abriu a empresa, empreendedor individual, põe seu número e opera. Alguns serviços, como o Sebrae, fazem um trabalho de ajudar nessa inclusão produtiva. Mas é preciso focar um pouquinho mais. Estamos num cenário agora, para 2015, de crescimento mais fraco. O emprego já está mostrando sinais de esgotamento. Mais gente vai precisar de algum jeito de conseguir dinheiro. Pensar numa estratégia focada nisso só pode ajudar o Brasil.

Como fazer a desburocratização?

Eu pensaria em algumas medidas. É um problema antigo. Isso vem da colônia; Portugal queria controlar o Brasil, tinha muita burocracia. Diferentemente da maioria dos países, na Independência do Brasil, D. Pedro I se tornou imperador sem que um funcionário público fosse mandado embora. A coletoria de impostos, a estrutura, tudo se manteve. Teve

problemas, mas também vantagens. O Brasil é um país que tem estabilidade institucional muito forte. No caso específico da burocracia, para tirar três séculos de atraso não vai ser só num governo...

Não vai ser numa canetada.

Esse exemplo dos números que te dei – uma pessoa, um número, uma identificação – já simplifica muito. Temos que começar a pensar nessas coisas. Como na posse da terra. Aqui no Brasil existe uma coisa chamada lote mínimo, para evitar a formação de favela num bairro. Se no meu bairro o lote mínimo tem 300 metros quadrados, por exemplo, evito a escrituração de dez barracos de 30 metros, ou 20 barracos do lado da minha casa. É uma proteção. Mas o que acontece na prática? Nos lugares onde a favela já se instalou todo mundo está em posse ilegal, pois os 300 metros quadrados continuam valendo. Se o lote mínimo pudesse ser dez metros, oito metros, essas pessoas poderiam ter escritura em vez de posse precária, poderiam usar o imóvel como garantia, fazer contratos de aluguel e registrá-los, fazer uma hipoteca do terreno. Elas teriam poder econômico, cidadania. Mas hoje o que fazemos é, por exemplo, no crédito, proteger o rico e não proteger o pobre, o que é injusto. É preciso começar a pensar como fazer um País mais igualitário e como incluir essas pessoas.

Por que as coisas não andam?

Você tem que incluir os cidadãos. Essa inclusão é uma questão de cidadania. Eu sou igual a você. A pessoa que vende o café da manhã tem que ter tanta cidadania e tanta dignidade no trabalho dela como você tem no seu. Devia ser uma preocupação de todos e não é. É um “não problema”, as pessoas não veem isso.

Em 2014 teve Copa do Mundo, eleições.

Quais suas expectativas para 2015?

As pessoas se preocuparam mais com as eleições do que com a Copa do Mundo. Muito positivo. Deixamos de ser o país do futebol. Para 2015, tem uma coisa chamada 100 dias, que vem desde Roosevelt, o presidente americano na década de 1930: é nos primeiros 100 dias que o governo marca o passo do que vai fazer. No dia 26 de outubro acabou a eleição e começaram a contar os 100 dias em que você tem que definir o que vai acontecer.

Está todo mundo de olho no ministro, quando se devia estar olhando a política econômica. Qual é a prescrição da política econômica? O quadro agora é de fazer mudanças. Países governados pela direita ou esquerda fazem mudanças em determinados momentos. Mudanças corretas. Continuar com mais do mesmo vai dar problema. Um exemplo: na Rússia comunista, Lenin, em 1921, viu que o modelo econômico não estava dando certo, fez uma mudança radical e seis meses depois o país estava crescendo. Estamos nesses primeiros 100 dias em que é preciso fazer uma mudança na política monetária.

É preciso rapidez?

Sim; a inflação não espera. Vai ser o pior Natal. As intenções de compra estão 40% mais baixas do que estavam um ano atrás. Não só as intenções: o valor das compras também está menor. A indefinição destrói. O que o Chile, o Peru e a Colômbia têm que o Brasil não tem melhor? Acho que é um déficit de ambição. Ambição para incluir, para crescer, para fazer acontecer. Falta essa vontade de ser um grande país.

Existe um muro ideológico no Brasil?

São as mesmas políticas de 60 anos atrás. O que aconteceu foi o seguinte: quando se derrubou o Muro de Berlim, globalizou-se a economia mundial. Em vez de substituição de importações, começou-se a produzir em cadeias globais. Mas o Brasil ainda

AS PESSOAS SE PREOCUPARAM MAIS COM AS ELEIÇÕES DO QUE COM A COPA DO MUNDO. ISSO É MUITO POSITIVO

está se defendendo no mercado, quando tem que atacar, pôr os produtos brasileiros no resto do mundo. Estamos numa política que, aos poucos, corrói a indústria.

O País depende muito do que é decidido em Brasília?

Todo mundo venera Kubitschek. Acho que ele cometeu um dos piores erros da história brasileira, que foi mudar a capital para Brasília. É a mesma coisa que fez Luís XIV quando tirou a capital de Paris e levou para Versalhes. Isolaram-se do mundo. A capital do Brasil deveria ser no Rio, em São Paulo ou em Recife, numa grande cidade em que você tem contatos. Quem fica isolado vive uma vida própria e não tem noção. Havia outras formas de abrir o interior do Brasil, sem pôr a capital longe de tudo. A Suécia é um exemplo de um Estado grande e eficiente. Todos os países que cresceram ou estão crescendo muito – Chile, Coreia, Colômbia, Peru – um dia acordaram e decidiram: vamos fazer o país acontecer. Torço para o Brasil acordar logo.



COMBATER O CRIME ORGANIZADO É ATACAR A ECONOMIA QUE ELE MOVIMENTA

A VIOLÊNCIA É HOJE UMA AMEAÇA TANTO PARA QUEM VIVE NOS GRANDES CENTROS URBANOS COMO EM CIDADES PEQUENAS. NÃO HÁ COMO DISCUTI-LA, PORÉM, SEM LEVAR EM CONTA O NARCOTRÁFICO, CONECTADO À LAVAGEM INTERNACIONAL DE DINHEIRO. O JURISTA WÁLTER MAIEROVITCH, EX-SECRETÁRIO NACIONAL ANTIDROGAS NA GESTÃO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, TEM UMA VASTA EXPERIÊNCIA PARA TRATAR DESSA QUESTÃO, QUE HOJE AFLIGE MUITOS PAÍSES EM TODO O MUNDO.



Acesse o aplicativo de QR Code pelo celular e assista à entrevista



A questão das drogas é essencial para entender e combater a violência hoje no País?

Sim; não só no País, mas no mundo. O problema das drogas cresce em progressão geométrica. Todos os anos temos um problema muito maior. Dou um exemplo muito claro. Hoje a preocupação inter-

faz isso sem insumos químicos? Não há qualquer possibilidade. Mas nos países andinos – porque a coca é andina –, como Colômbia, Peru e Bolívia, existe indústria química? Não. A química é importada não só para drogas, mas para o desenvolvimento do país. Há necessidade de um controle de químicos, mais até do que o controle da

folha de coca. Agora, como fazer isso, se não houver um acordo entre países, no sentido de o país fornecedor de insumos, aquele que exporta, ter maior cautela? Saber, por exemplo, que, se ele mandar para a Colômbia, xis por cento pode sumir do controle e ir para laboratórios de drogas?

O SISTEMA BANCÁRIO SÓ NÃO QUEBROU NA CRISE PORQUE O NARCOTRÁFICO TAPOU O BURACO

nacional está concentrada nos países que têm o seu PIB dependente do mercado ilegal de drogas. Temos países em que o PIB já está influenciado, e se não tiver aquela circulação de drogas o PIB despenca. A coisa vai crescendo a ponto da ONU declarar que, quando da crise econômico-financeira norte-americana de 2008/2009, o sistema internacional bancário de compensações não quebrou porque tinha o dinheiro do narcotráfico a circular e a tapar buracos. Não quebrou porque tinha circulando um extra do mercado de drogas, hoje calculado em 400 bilhões/ano de movimentação.

Parte considerável do PIB do mundo.

A indústria da droga estaria classificada entre os sete primeiros, se fosse um país. As soluções são difíceis, o foro adequado continua sendo o das Nações Unidas, mas não se chega a um consenso com relação à política antidrogas, nem sobre medidas de cooperação. No mercado de cocaína, tem as áreas de produção da folha de coca, a matéria-prima. Há necessidade de se fazer um processo químico para se chegar ao cloridrato de cocaína, ao pó. Como se

Sem esses insumos químicos haveria apenas o ritual de mascar a folha?

Mascar a folha como a gente toma café. Outro problema muito sério é a economia do crime organizado. O narcotráfico está dentro da criminalidade organizada, influencia eleições. Exemplo claro: na Itália, em Palermo, capital da Sicília, Vito Ciancimino é prefeito apesar de ser mafioso, com trânsito em julgado. Se olhar as ramificações, tem lá dois europarlamentares ligados a essa rede mafiosa. Quando falo máfia, estou incluindo um dos seus produtos, que é o tráfico de drogas, a lavagem de dinheiro, a reciclagem de capitais em atividades formalmente lícitas. O dinheiro da droga é lavado e colocado, por exemplo, na indústria do turismo, em hotelaria.

Aqui, pensa-se que o problema da droga está restrito à segurança pública e se tenta remediar.

Na realidade é uma tentativa, feita mal e porcamente, quer em nível federal ou estadual, de tentar reprimir. Reprimir quem?

Reprimir o estamento criminal mais baixo. Enquanto não se atacar a economia movimentada pelo crime organizado, enquanto não se desfalcar o bolso, “a carteira” da organização criminosa, ela vai continuar forte, com poder corruptor não só em cima do policial ou do agente penitenciário, mas para entrar no Estado, corromper juízes, promotores e assim por diante.

O crime organizado pode financiar campanhas?

Pode. Já tivemos em São Paulo, há tempos, uma vereadora que se apresentava abertamente como do PCC. Esse forte poder corruptor, para além de campanhas ou concorrência desleal, cria um sistema paralelo de poder. Um sistema paralelo ao do Estado, e ilegal, que vai ganhando força cada vez mais. Se não se atacar a economia do crime organizado, sempre vai existir esse problema dele ficar mais forte que o Estado. Não adianta atacar o sujeito da esquina. O quadro internacional mostra que no comércio de drogas ilícitas as polícias do mundo inteiro conseguem apreender somente de 4 a 5% do produto. Tem algum negócio melhor do que esse, onde a quebra, o prejuízo é só de 4 a 5%?

Existe hoje, no Brasil ou no mundo, alguma estrutura funcionando para atacar essa capacidade de estrutura financeira do narcotráfico?

Existe na Itália um *pool* antimáfia. Lá tem um procurador que cuida exatamente do ataque às finanças, com um sucesso extraordinário em relação à Cosa Nostra, máfia siciliana. Houve aproveitamento de bens para a sociedade civil, para cooperativas. Foi apanhado o chefe dos chefes da máfia, o mais sanguinário da história, Toto Riina, que ficou mais de 30 anos foragido sem tirar o pé da Sicília e sem deixar um dia

de chefiar a organização. Numa fazenda – evidentemente em nome de terceiros – ele cultivava oliva, para o óleo, e um vinhedo. Hoje isso é aproveitado na confecção de óleo para rituais das igrejas. Um dos melhores vinhos italianos, o Nero D’Tavola, é produzido em terra confiscada da máfia.

Nós temos alguma coisa nesse sentido?

Aqui no Brasil, apesar da atuação heroica do Ministério Público de São Paulo com relação ao PCC, ainda não começou a se atacar a economia movimentada pelo crime organizado. Não temos, ainda, um sistema penitenciário apto a isolar. A Itália fez uma polícia penitenciária muito controlada e hierarquizada. O Brasil tem agente penitenciário que, muitas vezes, é pior do que o criminoso preso. O sistema federal é uma piada. Um Fernandinho Beiramar recebe visitas de mulheres e advogados que estão por ali para levar recado. Deixar entrar celular para escutar depois é uma péssima técnica. As pessoas sabem, começam a conversar em código. Se quiserem eliminar um bom policial da corporação, é só fazer uma denúncia ali. É o retrato fiel do despreparo. Temos um ministro da Justiça completamente despreparado. Acontece qualquer coisa e ele solta um repasse de dinheiro para os Estados e manda esse arremedo de Guarda Nacional, que não resolve nada.

Não há política conjugada para combate ao narcotráfico no País?

Ao contrário: deixa-se para os Estados. E há o Sistema Penitenciário. Em nossa Constituição não temos, felizmente, pena de morte, nem prisão perpétua – o máximo é 30 anos. Adotamos o princípio ético de recuperar o criminoso, porque um dia ele vai sair. E hoje se sai com a maior facilidade do mundo. Veja os mensaleiros,

que já estão em sistema de prisão aberto. Para crimes de colarinho branco, crimes econômicos, deveríamos acabar com a prisão e atuar no patrimônio.

E a possibilidade da descriminalização das drogas?

Com relação ao usuário, o mundo está descobrindo isso, o que começou por uma experiência na Holanda, que o Uruguai está copiando. Portugal deu tratamento adequado ao tirar o porte para uso, que não é mais ilícito criminal, não é mais crime, e sim infração administrativa, como estacionar em local proibido. Não está no Código Penal, em lei especial, como crime, mas simplesmente em regulamentos administrativos. Não é o “liberou geral”. O infrator recebe sanção administrativa, paga multa e tem que comparecer a paletas. Deu-se um tratamento diferenciado. Essa é a tendência. Segundo as Nações Unidas e a União Europeia, o sistema adotado por Portugal reduziu o consumo. É fundamental separar as coisas: um é o problema do usuário, ligado à saúde pública, uma questão social e sanitária; outro é o lado criminal, que deve ser reprimido pesadamente.

Que diferença há entre descriminalizar e legalizar?

O “liberou geral” não tem em nenhum país do mundo. Descriminalizar é não mais considerar crime, como em Portugal. Legalizar ou liberar é como na Holanda: cada bar ou café pode vender, para maiores de idade, até meio quilo de maconha por noite. O sujeito que quer consumir não vai ao traficante. Mas isso já deu uma reviravolta. Hoje

na Holanda, nesses cafés, só se admite a venda para nacionais ou residentes.

E o custo da saúde, do sujeito que consome drogas?

A droga causa danos físicos, psicológicos, redução de capacidade laborativa. O Canadá fez um levantamento sobre o custo social da droga, que corresponde a 3% do PIB canadense, o que é muito. O que tem de mais moderno e eficiente para mudar essa política que até agora não deu certo? É mudar a cultura do usuário. Em primeiro lugar, tirando dele esse carimbo de criminoso. Criminoso é o narcotraficante e não quem faz o uso. Os países ocidentais não punem no seu Código Penal a tentativa de suicídio. Os Estados Unidos erram ao co-

USAR DROGAS É UMA AUTOLESÃO QUE NÃO DEVE SER CRIMINALIZADA

locar penas pesadas com relação ao usuário de drogas, achando que isso vai inibir o consumo. Nunca conseguiram. Agora veja a autolesão: se eu cortar a minha mão ou cortar um dedo, se me autolesionar, é crime? Em países civilizados, não. O que é usar a droga, a não ser uma autolesão? Por que se criminaliza o uso? No campo do Direito Penal, não há uma lógica para isso.



EMPRESAS PÚBLICAS NÃO PERTENCEM AO GOVERNO, MAS A TODOS OS BRASILEIROS

O BRASIL PARECE QUERER ACABAR COM DUAS DAS MAIORES CERTEZAS DE NOSSA HISTÓRIA. A PRIMEIRA É A DE QUE NOSSO ENORME POTENCIAL HÍDRICO NOS DARIA ENERGIA LIMPA, RENOVÁVEL E ABUNDANTE AO LONGO DOS SÉCULOS. A SEGUNDA CERTEZA É O ORGULHO NACIONAL REPRESENTADO PELA PETROBRAS. O ECONOMISTA ADRIANO PIRES, PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, ENXERGA EM AMBOS OS FENÔMENOS UMA CAUSA COMUM: A MÁ GESTÃO DAS EMPRESAS PÚBLICAS.



Acesse o aplicativo de QR Code pelo celular e assista à entrevista

Quais as razões da escassez de energia e da crise na Petrobras?

A principal explicação é a má gestão das empresas públicas, gestão que foi partidarizada. Isso acabou criando uma equação muito ruim. Petrobras e Eletrobras, que eram dois ícones da economia brasileira, transformaram-se em reféns de partidos políticos. Veja a Eletrobras. Em 2012, porque estávamos às vésperas das eleições municipais, o governo resolveu que abaixaria o preço da energia elétrica. No entanto, ele não olhou para o cenário, com reservatórios cada vez mais vazios e o custo crescente da energia. Resolveu renovar as concessões de geração e transmissão de energia elétrica através de uma queda de tarifa, em um momento no qual o custo estava crescendo. Como essa Medida Provisória – a 579 – foi publicada no dia 11 de setembro de 2012, brinco que foi o 11 de setembro do setor elétrico brasileiro.

No preço de uma canetada.

Foi uma canetada. O governo não conversou com o mercado, foi uma medida autoritária. Três estatais estaduais não aderiram: a Cesp em São Paulo, a Copel no Paraná e a Cemig em Minas Gerais. Quando essas empresas não aderiram, as distribuidoras de energia elétrica ficaram descontratadas – e uma das âncoras do setor elétrico é ter 100% das distribuidoras contratadas. Essas distribuidoras começaram a ir ao mercado para comprar energia para atender os consumidores. Só que como o custo estava crescendo em função de haver pouca água no reservatório, o preço da energia elétrica começou a disparar no mercado, ao contrário do que o governo queria. Surgiu um grande passivo nas distribuidoras brasileiras. O governo, para atender a presidente Dilma no sentido de garantir que a energia ficasse mais bara-

ta, não deixou que as distribuidoras repassassem esse custo aos consumidores.

Do cidadão brasileiro, do mesmo jeito.

Quem paga a conta é o consumidor ou o contribuinte. Gerou-se uma grande dívida no setor de energia elétrica porque como o Tesouro já não conseguia mais colocar dinheiro em função das metas de superávit primário, o governo obrigou as distribuidoras a se endividarem nos bancos. Elas tomaram 17 bilhões de reais nos bancos e o buraco continua crescendo. Resumo da ópera: se você pegar o que aconteceu em 2013, 2014 e vai acontecer em 2015, a dívida no setor de energia elétrica está em torno de 105 bilhões de reais. Vão ser pagos por quem? Dois terços pelo consumidor e um terço pelo contribuinte. A gente já viu em 2014 as tarifas de energia elétrica voltarem a aumentar. O consumidor que também é contribuinte paga duas vezes. Pela primeira vez na história o consumidor de energia elétrica vai pagar juro de dívida na tarifa de energia, que será aumentada agora.

Essa decisão da presidente Dilma quanto ao setor elétrico foi gerada pelo populismo ou por má gestão?

As duas coisas caminham juntas, mas o resultado é que o setor de energia elétrica hoje tem dois problemas graves. Um é pagar essa conta de 105 bilhões de reais. Nos próximos anos, as tarifas de energia elétrica terão que subir para fazer frente a isso. Há também o problema de abastecimento, porque não tem chovido nos últimos dois períodos úmidos – o que vai de novembro até mais ou menos final de março. Vamos ver como vai ser agora de 2014 para 2015.

O que poderia ter sido feito e não foi?

O governo poderia ter diversificado mais a matriz elétrica brasileira e tomado outras atitudes. Desde 2009 ele realiza leilões muito preocupado com a modicidade tarifária. Traduzindo: muito preocupado com o populismo tarifário

CRIOU-SE UMA ENORME BAGUNÇA NO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

e pouco preocupado com a garantia do suprimento. Isso atraiu investidores abutres e acabou levando ao atraso de obras, junto com a questão de licenciamentos ambientais. Houve a polêmica decisão de conceder às hidrelétricas licença ambiental para construção somente de reservatórios a fio d'água, que são reservatórios pequenos. Antigamente as hidrelétricas tinham grandes reservatórios; então mesmo quando chovia pouco era possível regularizar a produção de energia utilizando a muita água acumulada no reservatório. Agora, como o reservatório é pequeno, não acumula água suficiente. No norte brasileiro, por exemplo, no período da chuva, muita energia elétrica é gerada. No período seco, pode-se gerar nada. O governo não apresentou soluções para que isso fosse mitigado.

Isso passa por uma preocupação ambiental. O lago de Itaipu nunca gerou tanta reclamação porque foi feito nos anos 1970, 1980, quando não havia muita preocupação ambiental.

Em Tucuruí e Sobradinho foi a mesma coisa. Mas na hora em que se abre mão de grandes lagos, usinas térmicas precisam funcionar. Pode ser uma térmica a



óleo ou a carvão, piores ambientalmente. Pode ser a gás, que é melhor, porque é fóssil, menos poluente. Ou pode ser uma térmica nuclear, menos poluente ainda, mas com muitas restrições em função dos acidentes, como o último, que aconteceu no Japão. O governo não fez nada disso e começou a apoiar muito a geração eólica, o que é importante porque a melhor maneira de garantir suprimento de energia é ter matriz diversificada. No entanto, embora a eólica seja ambientalmente melhor por ser uma energia mais limpa, ela não substitui a hidrelétrica porque é uma energia intermitente, gerada somente quando venta. A térmica, não: ela funciona o tempo inteiro, desde que se coloque combustível.

Isso é problema de falta de planejamento estratégico.

Há também um problema de curto prazo, que é o verão. Se as temperaturas estiverem muito elevadas, o risco elétrico aumentará e isso poderá significar uma série de apagões e “apaguinhos”. Se não chover de novembro a março, poderemos ter um racionamento de energia em abril ou maio porque não haverá energia suficiente para atender toda a rede.

Como chegamos a esta situação?

Acho que a explicação principal é a politização das decisões na área de energia. Isso começou em 2009, quando o governo realizou leilões para evitar um racionamento, como o que houve com Fernando Henrique em 2001 e 2002. Deixou-se de lado a gestão técnica e a preocupação com a garantia de suprimento e só se preocupou com o calendário político e a modicidade tarifária, para agradar os partidos da base aliada.

A Petrobras é vítima disso também?

É a grande vítima, porque é uma empresa muito maior. A lambança na Petrobras começou no momento em que a descoberta do pré-sal foi anunciada. O governo passou a intervir exageradamente na Petrobras e nomeou diretores em função de satisfazer seus aliados. A empresa virou um instrumento de política partidária: uma refinaria no Maranhão, outra no Ceará, e um acordo com o Governo da Venezuela para construir Abreu e Lima. Também foi instrumento de política econômica, pois o Governo usou o preço da gasolina e do diesel para controlar a inflação.

Nada disso foi discutido, certo? Só se discutiu quem ficaria com os royalties.

Exatamente. Em 2010, vivia-se uma espécie de nirvana do petróleo no Brasil. Diziam-se: o Brasil vai para a OPEP, terá uma reserva de bilhões de barris, vamos resolver o problema da educação brasileira e da saúde com o dinheiro do pré-sal. Como era ano de eleição, a Petrobras foi usada para ajudar na primeira eleição da presidente Dilma. No Congresso Nacional, nem os partidos da situação nem os da oposição questionaram essa mudança de modelo de partilha, com medo de perder votos. A única discussão foi sobre o dinheiro dos royalties. Então o governo aprovou esse modelo de partilha extremamente intervencionista. A Petrobras passou a ser a única compradora de bens e serviços da indústria de petróleo no Brasil. Essa é a atmosfera ideal para má gestão e corrupção. Diretores nomeados, partidos políticos e empresas “amigas do rei” criaram um conluio nefasto para o País e para a Petrobras, revelado pela Operação Lava Jato.

A sociedade se omitiu no caso da Petrobras e também em relação às empresas de energia elétrica?

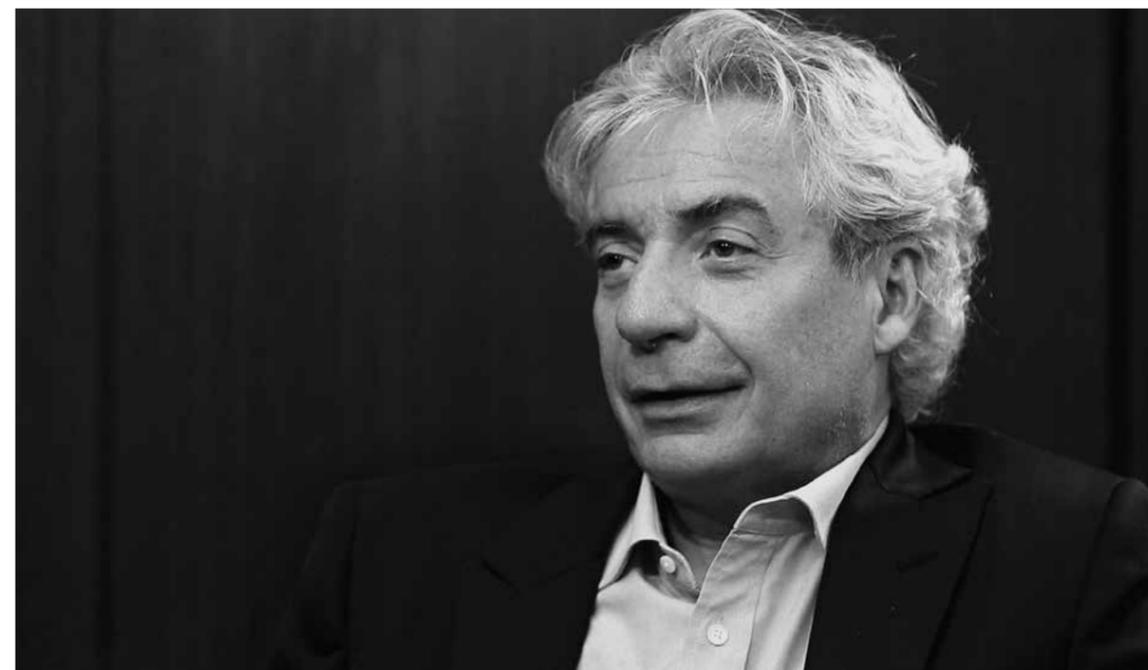
Acho que faltou informação. O setor de energia, historicamente, sempre foi muito politizado. As empresas brasileiras têm uma relação complicada com o governo nessa área. Elas também querem se beneficiar e não revelam o que está acontecendo. Então a sociedade fica meio à margem disso tudo.

No Brasil, antes da eclosão dos escândalos da Petrobras, podia-se falar mal da seleção brasileira, mas não da nossa maior empresa. É isso?

É isso mesmo. A Petrobras sempre foi um ícone na economia e na sociedade brasileira, estava em uma espécie de altar. Por causa disso a soberba sempre foi uma característica da Petrobras. No governo da presidente Dilma, além da soberba ter crescido a andares inimagináveis, outros dois fatores ficaram fora do controle: a má gestão e a corrupção. Investigada nos

A LAMBANÇA NA PETROBRAS COMEÇA NO MOMENTO DA DESCOBERTA DO PRÉ-SAL

Estados Unidos, com diretores presos pela Polícia Federal e gerentes que podem ter colocado a mão em milhões de dólares, a Petrobras já não é motivo de orgulho. Tudo isso tem que servir para alguma coisa boa, como a refundação da Eletrobras e da Petrobras dentro de novos parâmetros. Essas empresas pertencem à sociedade brasileira e precisam ser administradas.



A ÁGUA É UMA SÓ E É FINITA

SANEAMENTO BÁSICO NÃO É APENAS TER ÁGUA POTÁVEL EM CASA E COLETA DE ESGOTO. O NÃO TRATAMENTO DESSE ESGOTO CAUSA SÉRIOS PROBLEMAS AMBIENTAIS, EM ESPECIAL PARA OS RIOS, CÓRREGOS E MANANCIAS. A FALTA DESSA PERCEPÇÃO É UM PROBLEMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO SENTIDO MAIS AMPLO DA EXPRESSÃO? NOSSA CULTURA IMAGINA QUE AO SE AFASTAR O LIXO DA PORTA DE CASA O PROBLEMA ACABOU? SOBRE O ASSUNTO, NESTA SÉRIE DE PENSADORES BRASILEIROS QUE TRAZEM SOLUÇÕES PARA O PAÍS, CONVERSAMOS COM ÉDISON CARLOS, PRESIDENTE EXECUTIVO DO INSTITUTO TRATA BRASIL.



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista

O brasileiro conhece a realidade sanitária do País?

Temos uma desinformação generalizada do povo brasileiro a esse respeito. Existem milhares de pessoas que têm somente água tratada em casa e nem sabem que deveria existir uma rede de coleta de esgoto na rua. Muita gente confunde rede de água com rede de esgoto, por incrível que pareça. Até jornalistas me perguntam como deveria ser um sistema completo. Explico que a rede de água é uma e a de coleta de esgoto outra, que deveria conduzir o esgoto para uma estação de tratamento.

A questão é que só coleta não basta, precisa-se de tratamento?

Exatamente. A prioridade no Brasil até agora foi levar água potável, o indicador que mais avançou historicamente desde os anos 1970. O esgoto ficou esquecido. Muitas cidades se preocuparam só em coletar, outras nem isso. O que mais ficou atrasado foi o tratamento do esgoto. Não adianta coletar, afastar da casa do cidadão e jogar no primeiro córrego, no primeiro rio.

As pessoas, independentemente da classe social, acham que é normal um rio receber toda aquela carga de esgoto sem nenhum tratamento?

Elas não se preocupam com isso. Aquele impacto visual é só no momento em que se olha para o rio. Nos debates que vou sobre a questão da falta de água, ouço coisas interessantes. O brasileiro tem o hábito de construir a casa de costas para o rio. Nos países desenvolvidos é o contrário, o que faz toda a diferença. Quando você mora de frente para o rio, você cuida dele, é o seu quintal. Quando você constrói a casa de costas para o rio, ele é o lixo, o resíduo. Aquilo que não interessa mais, você põe no fundo da sua casa. Essa é a história da

construção imobiliária no Brasil em relação aos rios. A ocupação das cidades começou pelos rios, mas sempre de costas. O rio sempre foi visto como aquilo que leva embora o que eu não quero, seja o lixo, seja o esgoto. Ainda hoje, no século XXI, carregamos os resultados dessa forma de pensar. Veja o crescimento de São Paulo, por exemplo: por que os rios foram sendo modificados e cobertos? Porque era um problema para expandir a cidade. O rio enche? É muito sinuoso? Então vamos esticar, vamos cobrir. Crescemos vendo o rio como um problema, ao contrário de uma pessoa do interior, que pescava nele. Nós nunca tivemos isso. Muitas gerações nasceram sem usufruir dos benefícios de um rio limpo. Por isso não causa espanto e a gente continua achando que o rio é uma coisa que serve para levar nossos problemas para outras cidades.

Achamos natural pular o esgoto na praia.

Está embutido na cabeça do brasileiro, ele não se incomoda. No máximo, pega o carro e vai para outra praia. Esse é um fenômeno que estamos assistindo hoje no Nordeste inteiro. Ocupa-se sem a preocupação com saneamento.

Corremos o risco de contaminar o litoral brasileiro inteiro dessa maneira?

Sem dúvida já estamos contaminando. O saneamento continua sendo a última das infraestruturas a serem construídas nessas novas cidades.

O problema está na falta de planejamento?

O foco das prefeituras tem sido primeiro a expansão imobiliária, para arrecadar

IPTU. Depois se vê que infraestrutura é necessária. Dificilmente você encontra uma cidade que só permite o registro de um novo imóvel se houver saneamento. Essa não é a preocupação. A construtora compra o terreno, constrói os apartamentos ou casas, leva água e faz uma fossa no fundo do condomínio. Isso é padrão em cidades turísticas. Em cidades onde a rede já está construída acontece menos.

A PRIORIDADE AQUI NO BRASIL SEMPRE FOI LEVAR ÁGUA POTÁVEL – O ESGOTO FICOU COMPLETAMENTE ESQUECIDO

Fossa é depósito de esgoto *in natura*?

É o reservatório onde se vai jogando os resíduos sem tratamento. Não há essa preocupação, com raras exceções.

A lei não imputa ao novo empreendedor imobiliário a obrigação de colocar o saneamento?

Existe a lei do saneamento, a obrigatoriedade de que as cidades façam os planos municipais de saneamento, o que foi colocado justamente para tentar paralisar esse tipo de coisa. O plano diretor municipal é a oportunidade que a cidade tem de discutir seu futuro sanitário. A lei obriga a implementação de quatro serviços: água, esgoto, lixo e drenagem. A cidade tem que discutir se vai crescer e para onde, de forma que o saneamento chegue antes. Se vamos construir um novo bairro, o saneamento tem de chegar primeiro e não por último, como acontece hoje. O que ocorre? O prazo para início da vigência da lei, que era 2010, foi para 2013 e agora a Presidência da República deu mais dois





anos. Com isso os pontos mais relevantes da lei, que limitavam as facilidades que o município tem de não cumpri-la e estabeleciam prazos, vêm sendo postergados.

Qual é a situação atual?

Temos 5,565 municípios. Isso é um absurdo do ponto de vista administrativo. Existem municípios com duas ruas – não seria nem um bairro e hoje é um município

O PLANO DIRETOR MUNICIPAL É A OPORTUNIDADE QUE A CIDADE TEM DE DISCUTIR SEU FUTURO SANITÁRIO

–, que não têm a menor capacidade de resolver o problema sanitário. Precisaria de uma intervenção do Governo Federal. A lei tentou criar alguns obstáculos para que os prefeitos respeitassem e pudessem planejar e até buscar recursos. Tudo isso estava atrelado: quem não entregasse o plano, não teria dinheiro. Mas o prefeito que descumprir, o que faz? Em vez de ir atrás de recursos, vai atrás da associação de prefeitos para lutar pela postergação do prazo. Os prefeitos se organizam muito mais para prorrogar prazos do que para cumprir normas. Quando vai chegando perto do prazo, eles se mobilizam, vão a Brasília, pressionam a Presidência da República e ganham mais tempo.

Isso, somado à falta de consciência da população sobre o que é saneamento básico, ajuda o problema a persistir?

É a combinação perfeita. O Trata Brasil nasceu com esse desafio, porque para nós é muito claro: hoje o saneamento está na mão dos prefeitos, muito mais do que na

dos governadores. A lei deu titularidade aos prefeitos. De toda a cadeia política, o prefeito é o elo mais próximo do eleitor. Na campanha, quando o eleitor não sinaliza saneamento como item importante, passa uma carta branca ao prefeito, que não prometeu e não será cobrado. Então, ou ele faz porque acha importante, ou deixa para depois porque é uma obra de engenharia cara e demorada que, provavelmente, não será inaugurada no mandato dele.

É invisível, é demorada, é técnica e precisa de dinheiro do Governo Federal. Essas combinações fazem com que o prefeito médio de uma cidade média ou pequena deixe isso para

depois. Não digo que não está avançando. Os sinais de melhora são claros, mas os prazos que o Governo Federal calcula para a universalização são de 20 anos.

O que ocorre nas áreas de ocupação irregular?

Aí é o pior dos casos. Se é área de invasão que não foi legalizada porque é de manancial ou porque apresenta risco, próxima a uma encosta, você não pode levar nenhum serviço. Mas pessoas continuam morando lá e gerando esgoto, lixo. Não se vislumbra solução para essas áreas.

A universalização, se ocorresse amanhã, não seria de 100%?

Não. Se você olhar o Plano Nacional de Saneamento Básico, que a Presidência publicou recentemente [2014], os indicadores não chegam a 100%. Para as estatísticas oficiais do País, quem está irregular é invisível. A Sabesp, por exemplo, não considera em suas estatísticas as pessoas que moram em área irregular.

Há lugares no Brasil nos quais isso está dando certo?

Existem, e não apenas porque o prefeito tem uma visão melhor, mas por serem áreas com menos problemas, como Uberlândia, Franca e Niterói, que estão chegando muito perto dos 100%, só faltando as favelas. Limeira está fazendo esse trabalho, Campo Grande também. Se uma cidade chega perto dos 100%, vai sobrando os pepinos, as partes mais difíceis. Às vezes, fazer 1% que falta é mais caro do que fazer 10%, porque são as áreas mais distantes e complicadas, como topo de morro, favela.

Independentemente de relevo e de localização geográfica, a tecnologia existe?

Não há problema de tecnologia. É muito comum jornalistas me perguntarem quais novas tecnologias vão ajudar o Brasil a sair dessa situação. Eu falo que os romanos já tinham a situação. A tecnologia sempre é bem-vinda, as coisas não são estanques. A água que a Sabesp ou qualquer empresa capta para a população não é igual àquela de 50 anos atrás. Hoje você tem Viagra, hormônios, fármacos de tudo o que é tipo presentes na urina, na água e no esgoto. Os desafios vão aumentando e as tecnologias ajudam a resolver esses problemas.

Essa nova modalidade se chama poluentes emergentes?

Exatamente; são os novos poluentes. Agora existem sistemas mais sofisticados de filtração, de desinfecção, membranas de ultrafiltração, dessalinização. Várias tecnologias chegam para agregar. Agora, uma cidade que não tem saneamento alegar que não o fez porque não identificou ainda uma tecnologia, é chamar a gente de burro. Qualquer coisa que colete o esgoto e leve para uma

estaçãozinha simples de tratamento vai ser mil vezes melhor do que existe hoje.

A crise da água no Sudeste ajuda as pessoas a compreenderem melhor o problema?

É a minha esperança – o cidadão entender que a água é finita. Tenho 50 anos, nasci com a água na torneira, para mim nunca foi um problema. A população não associava a água da torneira com o rio poluído. E o esgoto? O que tem a ver com a água? É a mesma água. Não tem duas águas. A água que bebo, cinco minutos depois, vira esgoto e será usada por outras cidades para o consumo. A discussão de água de reúso é outra coisa que a crise está ajudando a explicar. Quando jogo esgoto no rio e a cidade depois coleta essa água para beber, é água de reúso. Quando faço uma estação de tratamento, jogo aquela água no reservatório e a pessoa pega essa água para beber, é água de reúso. O que é muito complicado para a cabeça da gente aceitar é que estamos usando água do esgoto para beber. A crise está mostrando que essa água é necessária e urgente. Vamos ter de mudar toda a forma de educação da água, o que precisamos começar a explicar na escola. Hoje, rezar para chover, bater bumbo, pensar em usinas de reúso, transpor bacias, trazer água do Vale do Ribeira, tudo isso é necessário; mas a gente só vai construir um cidadão consciente a partir da escola. A educação para a parte sanitária é fundamental. A gente resumiu educação ambiental à reciclagem de lixo. O professor fala: a Terra é o planeta água; o Brasil é riquíssimo em água; temos 16% de toda a água do mundo.

Nosso mapa hidrográfico é imenso.

Achamos que São Paulo é abastecido por centenas de rios e riachos, mas a Grande

São Paulo, se a gente analisar o volume de água armazenada por habitante, é mais seca que o semiárido. Nunca percebemos isso porque o regime de chuvas compensava – reservatórios que se enchem no verão e se esvaziam no inverno, uma caixa d'água que entra e sai. Mas no momento em que não teve entrada, não havia um plano B, um planejamento para a falta de chuva.

O Estado brasileiro está ausente ainda na questão do saneamento?

Está melhorando. De 2007 para trás era o fim do mundo, não havia nada. Nenhuma empresa privada teria a menor segurança para entrar nesse setor. O setor privado só passou a entrar no saneamento quando as regras mínimas foram colocadas pelo governo Lula. Temos de admitir: ele criou o Ministério das Cidades, fez uma Secretaria só para o saneamento, aprovou-se a lei, criou-se as bases mínimas para o saneamento. O PAC, mesmo com todos os problemas, sem dúvida é uma fonte muito importante para o saneamento. Começou errado, há muita burocracia, mas é importante. O Governo Federal garante recursos e apoia as prefeituras. Mas essa preocupação não foi acompanhada por governadores e prefeitos.

Como acertar as atribuições de cada esfera de governo?

A lei deixa ao prefeito a opção sobre o saneamento. Pode haver uma empresa municipal, como no caso de Guarulhos, ou concessão do serviço para uma empresa estadual, caso de São Paulo, que concede à Sabesp. Pode ser ainda igual

A GENTE PRECISA LEVAR ÁGUA, TIRAR O ESGOTO, TRATAR O ESGOTO E DEVOLVER A ÁGUA. A ÁGUA É UMA SÓ E É FINITA

a Limeira, por exemplo, que concedeu a uma empresa privada. O prefeito tem todas as possibilidades na mão. Guarulhos possui um ritmo e São Paulo outro, acertado com a Sabesp. Quando os ritmos não são conectados como ocorre na Região Metropolitana de São Paulo, você não consegue ver os rios despoluídos.

Mas o cidadão é o mesmo, more em São Paulo ou em Guarulhos.

Por isso o principal papel é do governador, de articulação política para que os municípios caminhem mais. A função dele é tentar fazer com que os municípios caminhem no mesmo ritmo que a empresa do Estado, mas ele não pode intervir em Guarulhos e fazer andar mais rápido. E o Governo Federal deve atrelar os recursos ao cumprimento de metas.

Saneamento só existe quando tem água, coleta e tratamento. É isso?

Exatamente. É o mínimo. Não existe saneamento pela metade; o ciclo tem que ser completo. A gente só vai melhorar este País, do ponto de vista sanitário, quando todos entenderem que não basta só levar água, muitas vezes por causa do voto. A gente precisa levar água, tirar o esgoto, tratar o esgoto e devolver a água. A água é uma só e é finita.



BRASIL: OTIMISMO OU PESSIMISMO?

O ANO DE 2014 MARCOU MAIS UM CAPÍTULO NA HISTÓRIA RECENTE DO BRASIL, DEIXANDO COMO PROTAGONISTAS A COPA DO MUNDO E AS ELEIÇÕES. TIVEMOS, TAMBÉM, A DIVULGAÇÃO DE ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO NA MAIOR ESTATAL DO PAÍS, A CRISE HÍDRICA E O FRACO DESEMPENHO DA ECONOMIA. O QUE APRENDEMOS E QUAIS SÃO AS PERSPECTIVAS FUTURAS? HAVERÁ TRANSFORMAÇÕES E TURBULÊNCIAS? COMPARECEM A ESTA DISCUSSÃO O HISTORIADOR MARCO ANTONIO VILLA; O DIRETOR DA TRANSPARÊNCIA BRASIL, CLAUDIO WEBBER ABRAMO; E O FILÓSOFO LUIZ FELIPE PONDÉ.



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista



Quais são as perspectivas para o Brasil em 2015?

CLAUDIO WEBBER ABRAMO – Vou direto ao ponto: sou pessimista. Não enxergo na situação ou na oposição ao atual governo federal, nas forças que se entrecrocaram nas eleições, nenhum ânimo de transformação. O que vemos todos os dias é jogado para debaixo do tapete. O escândalo do petrolião gira em torno do loteamento das diretorias da Petrobras entre partidos políticos. Como o mensalão, que começou com o foco nos Correios, vemos agora a divisão do butim na Petrobras. Acabamos de ter uma eleição nos planos federal e estadual. Como será feita a divisão dos cargos entre os partidos? Repetem-se as mesmas situações provocadoras de corrupção

possibilidade de melhorar a distribuição e a eficiência alocativa dos recursos nesses municípios? Impossível. Ninguém vai alterar a Constituição brasileira e reduzir, por exemplo, a autonomia municipal. Não vai acontecer.

LUIZ FELIPE PONDÉ – Também acho que, do jeito que anda, o País não vai mudar nos próximos 150 anos. A cordialidade brasileira, no seu viés bastante negativo, corrói a sociedade e promove a privatização do que é público. No caso da corrupção, você vê isso claramente. Privatiza-se a Petrobras do lado de dentro, mas aquele que negocia com ela do lado de fora também está privatizando a relação com a empresa. É um caso claro de privatização perversa. Sou a favor de grande parte

um pouco mais responsável e desenvolva a capacidade de entrar no debate de ideias, talvez a gente consiga ter, sei lá, 99% de pessimismo e 1% de otimismo.

MARCO ANTONIO VILLA – Tenho uma visão um pouco diferente: sou otimista no pessimismo. Como o Brasil é um país diferente, vamos inventar o otimista no pessimismo. Acho que apesar de tudo o Brasil melhorou muito nos últimos 30 anos, desde o final do regime militar. Dívida externa, inflação, gastos públicos, negociações com o FMI, tudo aquilo era um momento muito ruim. Não sou economista, mas acho que o Governo Federal, em termos econômicos, melhorou: foi criada a Secretaria do Tesouro, a conta movimento saiu do Banco do Brasil, o País se abriu para o mercado externo. Tivemos um processo de altos e baixos, planos de estabilização fracassaram. Mas a partir de 1994, com a estabilização, com o Plano Real, veio a Lei de Responsabilidade Fiscal e fomos melhorando um pouco a estrutura do Estado. Agora o nosso nó principal, que nos impede de crescer 5 a 6% ao ano, é a política. A Constituição de 1988 nos garantiu vários direitos muito importantes, conquistas históricas como liberdade de opinião, de manifestação e de organização. Por outro lado, tivemos problemas na organização dos Três Poderes. Eles funcionam mal, o Judiciário é ruim. Existem três mil funcionários no STF. Se for todo mundo, não cabe. O Supremo julga 120 mil casos por ano, decidem sem ler – é um escracho. E temos problemas nos Tribunais de Justiça, mas já foi pior. Hoje, com o Conselho Nacional de Justiça, melhorou um pouco, mas ainda está muito distante do que queremos. Se formos

O LOTEAMENTO DOS CARGOS PÚBLICOS É A PRINCIPAL CAUSA DA CORRUPÇÃO NO BRASIL (ABRAMO)

em grau elevadíssimo e ninguém fala nisso. Francamente, acho escandaloso. Também não se fala na disfuncionalidade que existe no Brasil na repartição dos recursos financeiros entre Estados e municípios. Cerca de 40% dos municípios brasileiros dependem de repasses federais ou estaduais em mais de 90% dos seus orçamentos. No entanto, todo município brasileiro é uma republiqueta, tem parlamento, autonomia, são entes federados. Temos uma situação em que o dinheiro é gasto nos municípios com a fiscalização exclusiva da Câmara de Vereadores, que é controlada pelo prefeito na base da distribuição de cargos. Existe

das privatizações lícitas, por meio de venda das empresas. No fundo, grande parte das pessoas não está nem aí para a corrupção na hora de votar. Ontem mesmo a pesquisa Datafolha dizia que 68% da população no Brasil entende que a presidente Dilma Rousseff está envolvida no caso da Petrobras, e 50% acha que o governo vai ser bom, apesar disso. Há certa irracionalidade. A política tem uma expectativa muito alta. Nos últimos 200 anos, a gente transferiu para a política a expectativa que se tinha da religião: redimir o mundo. Se o Brasil conseguir abrir um pouco a sua estrutura e a sua mentalidade para entender que existem leis econômicas, que a economia é a ciência da escassez, que você não pode fabricar dinheiro, que é preciso levar em conta a relação entre recursos, custos, pagamentos, equilíbrios de toda sorte... Se a gente conseguir fazer com que a elite econômica brasileira se torne

para o Legislativo, só para ficar na esfera federal, é ruim no Senado e na Câmara. Que debate parlamentar importante houve neste ano, excetuando-se o que vimos sobre a questão da LDO? Nenhum. E no Executivo, nos últimos 12 anos [de 2014 para trás], em especial, é terrível a gente ver o escândalo do petrolião. Para concluir, 2015 vai ser um ano de crise. E a crise é extremamente positiva, ao contrário do que muitos imaginam [entrevista concedida em dezembro de 2014]. O petrolião vai ter um efeito devastador no Brasil, são dezenas de parlamentares e ministros, e o Palácio do Planalto. Nada teria ocorrido, sem, por exemplo, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que não só é o réu oculto do mensalão, como também é o organizador do petrolião. Agora, as coisas estão mudando. Houve um sinal evidente na eleição [de 2014]. A oposição está melhorando, a gente precisa empurrar pelas redes sociais, e tem as passeatas. Em 2006 e 2010, terminadas as eleições, não tinha nada. Em 2014 teve.

As passeatas e a maior participação política pelas redes sociais não são um prenúncio de mudança?

CLAUDIO WEBBER ABRAMO – A crise é criadora. É nesses momentos que a gente tem que pensar em como sair de uma situação desfavorável para tentar chegar a outra melhor. Meu ponto de vista pessimista não é uma profissão de fé. Mas não sou otimista quanto ao nível de discussão que se dá na sociedade brasileira atualmente. Acho que rede social é o tûmulo da inteligência. Os lugares que existem para fazer discussão estruturada são os veículos de comunicação, impressos essencialmente, que estão desaparecendo. Ninguém vai discutir nada

no Facebook ou Twitter. Os meios de comunicação eletrônicos não são, pela sua natureza, propícios à discussão de ideias. Quem é que assina a TV a cabo e vê na GloboNews os programas em que há uma discussão alongada sobre certos assuntos? Muito pouca gente. A maior parte das pessoas não assiste a nada disso.

E os espaços das universidades e dos sindicatos?

CLAUDIO WEBBER ABRAMO – Como assim? Você viu o que está acontecendo na USP? Como é possível que uma universidade pague mais para funcionários do que para professores? Nas áreas em que se discutem esse tipo de questão, das disciplinas humanas, há muito tempo inexistente o debate na USP.

LUIZ FELIPE PONDÉ – Você fala na universidade? Hoje ela é tomada por uma preocupação obsessiva com a produtividade, que muitas vezes não serve para nada, é repetitiva e não leva a lugar nenhum. Relatórios da Plataforma Lattes, Plataforma Sucupira e Relatório Capes, que visam parametrizar a produtividade, acabam tomando o nosso tempo em burocracias e reuniões intermináveis. Por outro lado, as universidades sempre foram espaços em que certa política corporativa comeu mais da metade do tempo útil da vida universitária. A universidade é um espaço onde há pouquíssimo debate. Acho um pouco melhor o debate dentro da sala de aula, quando você consegue entabular uma boa relação com os alunos. Entre os pares, não há debate nenhum. O que há é uma manutenção do *status quo* e a preocupação com o

cotidiano. E, ao mesmo tempo, a gente é soterrado por relatórios e preocupação com produtividade. É uma arapuca que dificulta a atividade. Mas vejo com uma ponta de otimismo espaços universitários fora das universidades públicas, nos quais se ensaia algum tipo de pensamento. Acho isso um avanço para o Brasil. Se a gente abrir um jornal, vai ver que grande parte dos intelectuais inseridos no debate começam a vir de universidades variadas, não só da USP.

MARCO ANTONIO VILLA – A universidade perdeu seu papel de debate político, de intervenção na sociedade. Isso já vem desde o final dos anos 1980 e foi se agravando. Por outro lado, os sindicatos tiveram algum momento de formação, mas muito lá atrás, ou no período dos anarquistas, em que eram uma classe operária de outra formação, com seus jornais, seus livros e sua cultura. Depois, até final dos anos 1950 e meados dos

TRANSFERIU-SE PARA A POLÍTICA A EXPECTATIVA QUE ANTES SE TINHA DA RELIGIÃO (PONDÉ)

anos 1960, tinha-se uma grande produção nessa esfera do mundo do trabalho que também deixou de existir. Hoje, os grandes intelectuais brasileiros estão onde? É difícil encontrá-los. Na década de 1930 todo mundo tinha um projeto para o Brasil. Ao longo do século XX as pessoas se dividiam, defendendo o projeto A ou o projeto B. Atualmente não há mais essa ideia de projeto, ninguém sabe nada. Muitas vezes havia duas correntes





ACHO QUE TEMOS TODAS AS CONDIÇÕES PARA AVANÇAR SE TIRARMOS OS "MARGINAIS DO PODER" (VILLA)

econômicas que se debatiam, uma imputava à outra certas coisas. Isso acabou também. Agora, pode ser que o Brasil esteja num processo de mudança. O País hoje é urbano, com novos hábitos, é uma outra vida, outro espaço de sociabilidade,

tudo diferente. Acho que temos todas as condições, por exemplo, se tirarmos o que chamo de "marginais do poder" – a expressão não é minha, foi usada por um dos ministros no julgamento do mensalão. Mas não é possível mudar com essa estrutura que está aí. O Brasil está sendo amarrado pela mediocridade.

CLAUDIO WEBBER ABRAMO – A criminalidade no Legislativo brasileiro é disseminada pelo País todo. Existem exceções, mas há uma invasão.

O que nós, no dia a dia, estamos fazendo errado ou onde estamos nos omitindo?

CLAUDIO WEBBER ABRAMO – Em uma empresa, se alguma coisa dá errado, não adianta atribuir a falha a uma questão cultural. É preciso fazer algo concreto para evitá-la. É uma questão de gerenciamento. Dado esse preâmbulo, pergunta-se: o que está acontecendo nos reiterados casos de corrupção? Qual a origem desse problema? É a cultura da corrupção, como disse o ministro da

Justiça. Não tem mais explicação, é subjetivo. Como se combate uma cultura? É como dar tiro em nuvem de mosquito. Todos os dias, nos jornais, a gente lê que corrupção é um problema de cultura que, naturalmente, se resolve pela educação. Vamos educar. Essa

é uma resposta padrão. Dar aula de ética no ginásio vai resolver o problema. Estamos há três mil anos, contando os tempos hebraicos, ouvindo o "não roubarás". Isso adiantou alguma coisa? Não, porque não se atacam problemas concretos com virtualidades.

Problema objetivo você ataca objetivamente, e não fazendo referência à moral das pessoas, o que é, por definição, subjetivo. Você não sabe quem é honesto ou quem não é, e não interessa saber. O estado íntimo de cada um é coisa para religioso. O que nos interessa é que, se eu for desonesto, e se eu assumir alguma função em algum lugar, eu não possa agir com desonestidade. Tanto nas empresas como no Estado, se não tiver um processo administrativo decente, nada vai funcionar bem. Voltando ao início, o loteamento dos cargos da Administração, que é garantido pela Constituição, não é a única causa de corrupção no Brasil, mas é a principal. Pode ser resolvida por meio de emenda à Constituição, proibindo nomear mediante barganha.

Existe esquerda, direita e centro definidos no Brasil hoje, politicamente?

LUIZ FELIPE PONDÉ – Acho que não existem definidos, de forma clara, em lugar nenhum. A teoria é uma, mas a realidade é sempre mais complicada que a ideia. A grosso modo, uma posição filo-

sófica de direita que acho importante é entender que o centro da vida deve ser a atividade da própria pessoa ser responsável pelo ganho dela, ter liberdade de expressão, o Estado ser um pouco menor, sem querer reger a vida das famílias. Enquanto vejo a esquerda, no momento, como uma tendência mais populista na América Latina, assistencialista, de Estado gigantesco que não respeita certas leis econômicas.

O que está ao alcance dos empresários do comércio para mudar o Brasil?

MARCO ANTONIO VILLA – Essa é a questão central: como colocar em prática isso, para além das explicações gerais que discutimos e criticamos aqui. Dizer que o problema da corrupção no Brasil é por causa da herança ibérica enche a paciência. Não é herança ibérica e nem lusitana, se for recortar. Vale lembrar que o ex-premier de Portugal, José Sócrates, está detido. Quem me dera fosse no Brasil. E dizem que a nossa culpa é da herança portuguesa. Não tem nada a ver. Acho que todos desejaríamos continuar acreditando no Brasil, que podemos mudar, incentivar as manifestações. E quando falo manifestações, é no sentido mais geral, de defesa de um Brasil melhor do que este onde vivemos. Apoiar as coisas boas que temos – e temos muitas – e dizer não à corrupção. Acho que o mal essencial do Brasil hoje, o primeiro no qual a gente deveria dar um chute e jogar na lata de lixo da história, é a corrupção. É isso que impede que a gente possa caminhar.



PRESIDENTE – FECOMERCIO-SP
Abram Szajman
SUPERINTENDENTE – FECOMERCIO-SP
Antonio Carlos Borges



www.agenciatutu.com.br
Redação
Rua Santa Cruz, 722 – 5º andar – CEP 04122-000
São Paulo/SP – (11) 3170-1571

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE CONTEÚDO E JORNALISTA RESPONSÁVEL
André Rocha – MTB 45653/SP

EDITORA
Marineide Marques

REEDIÇÃO
Joana Santana, Lucas Mota e Raiza Dias

REVISÃO
Flávia Marques, Luisa Soler, Rachel Benchimol e Rina Mári

EDITORES DE ARTE
Clara Voegeli e Demian Russo

CHEFE DE ARTE
Carolina Lusser

DESIGNERS
Renata Lauletta e Lais Brevilheri

ASSISTENTES DE ARTE
Paula Seco, Raisa Almeida e Vitória Bernardes

ESTÁGIARIO
Yuri Miyoshi

TV

DIREÇÃO DE NÚCLEO
Demian Russo

DIRETOR DE CONTEÚDO
André Rocha

ENTREVISTAS
Adalberto Piotto

DIREÇÃO DE CENA
Tomas Egger e Lilian Lírio

DIREÇÃO DE ARTE
Tomas Egger e Demian Russo

EDIÇÃO DE CONTEÚDO
Fernando Sacco e Camila Silveira

PRODUÇÃO EXECUTIVA
Lilian Lírio

IMAGENS
Alessandro Aiello, Anderson Nascimento, André Carvalho,
Bruno Di Giorgi, Douglas Barbosa, Fernando Bianco, Fábio Nicolodi,
Marcel Neves, Paulo Constantino

DIREÇÃO DE FOTOGRAFIA
Cristiano Wiggers

EDIÇÃO DE IMAGENS
Fábio Nicolodi

ESTAGIÁRIO
Bruno Di Giorgi

RELAÇÕES PÚBLICAS
Maria Izabel Collor de Mello e Paula Dias

TODOS OS DIREITOS PATRIMONIAIS RELATIVOS AO CONTEÚDO DESTA
OBRA SÃO DE PROPRIEDADE EXCLUSIVA DA FECOMERCIO-SP, NOS TERMOS
DA LEI Nº 9.610/98 E DEMAIS DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS À ESPÉCIE.
A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL É PROIBIDA SEM AUTORIZAÇÃO.

ISBN 978-85-65274-07-4
9 788565 274074



FECOMERCIO  **SP** | **Senac** | **Sesc**
AQUI TEM A FORÇA DO COMÉRCIO

WWW.UMBRASIL.COM